



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social

Mariana Nunes Chumbo

Mestrado em Serviço Social,

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado (com
agregação),

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social

Mariana Nunes Chumbo

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado (com
agregação),

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2025

Agradecimentos

A concretização de todo este percurso e realização da presente dissertação, não seria possível sem a ajuda e o contributo de várias pessoas, às quais eu quero expressar o meu profundo agradecimento e gratidão.

Em primeiro lugar, queria começar por agradecer ao Iscte e ao seu corpo docente. Um agradecimento especial, ao meu orientador, Professor Jorge Ferreira, pela orientação, contributos e aprendizagens que enriqueceram o meu trabalho e percurso académico.

À equipa do Núcleo de Acolhimento Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, manifesto o meu agradecimento profundo, sem vocês não teria sido possível a realização da presente dissertação. Às profissionais que participaram, obrigada pela vossa disponibilidade e partilha de conhecimento. E em especial, às famílias de acolhimento, que participaram nas entrevistas e tornaram esta investigação possível. Obrigada pelo vosso testemunho real e muitas vezes emocionante. Esta Dissertação também é vossa.

À minha família, pelo amor e apoio incondicional, que contribuíram para eu chegar ao fim deste percurso. Sem vocês, não teria sido possível. À minha irmã, que me ajuda e me incentiva a fazer melhor.

Às minhas amigas da vida, Sofia, Margarida, Daniela e Inês, por me terem ouvido durante horas a falar da tese e dado o maior apoio sempre que precisei. Obrigada por terem estado sempre presentes.

À Débora, a minha colega de mestrado que se tornou amiga, esteve sempre disponível para ouvir, ajudar e sermos parceiras nesta aventura que nem sempre foi fácil. Fomos a motivação uma da outra.

Às minhas colegas de trabalho, que se tornaram um porto seguro, Margarida e Susana, obrigada por me terem sempre motivado, incentivado e apoiado nesta fase.

Um obrigada a todos de coração! Obrigada por acreditarem em mim.

Resumo

A presente dissertação em Serviço Social sistematiza informação através das famílias de acolhimento, sobre os motivos, as experiências e desafios que caracterizam estas famílias e procura contribuir para a melhoria da medida de acolhimento familiar.

A investigação de cariz qualitativo, baseada no método indutivo, aplicou a técnica de análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas a FA de crianças até 6 anos de idade e profissionais do Núcleo de Acolhimento Familiar (NAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Os resultados desta investigação enfatizam a importância da medida de acolhimento familiar, assumindo-se esta como a medida de colocação mais adequada para o bem-estar físico, psicológico e emocional das crianças. Através dos testemunhos recolhidos, foi possível perceber os efeitos positivos nas crianças acolhidas que melhoram significativamente as suas competências e apresentam um crescimento e desenvolvimento exponencial. As FA apresentam motivações altruístas e solidárias. As suas experiências são descritas como positivas e gratificantes.

Esta investigação realça a importância da criação de um sistema de promoção e proteção mais humanizado e centrado no bem-estar da criança. Em termos sociais e políticos, é importante que se desenvolvam estratégias que promovam uma “cultura de acolhimento familiar”, concedam voz ativa às FA no processo de promoção e proteção das crianças, aumentem a especialização do sistema judicial e serviços competentes na área de infância e juventude.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar; Famílias de Acolhimento; Crianças; Serviço Social; Experiências; Estratégias;

Abstract

This dissertation in Social Work systematizes information from foster families about the reasons, experiences, and challenges that characterize these families and seeks to contribute to the improvement of foster care.

The qualitative research, based on the inductive method, applied the technique of documentary analysis and conducted semi-structured interviews with FA for children up to 6 years of age and professionals from the Núcleo de Acolhimento Familiar (NAF) of Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

The results of this research emphasize the importance of foster care, which is considered the most appropriate placement measure for the physical, psychological, and emotional well-being of children. Through the testimonies collected, it was possible to perceive the positive effects on foster children, who significantly improve their skills and show exponential growth and development. Foster families are motivated by altruism and solidarity. Their experiences are described as positive and rewarding.

This research highlights the importance of creating a more humanized promotion and protection system focused on the well-being of the child. In social and political terms, it is important to develop strategies that promote a “culture of foster care,” give foster families an active voice in the process of promoting and protecting children, and increase the specialization of the judicial system and relevant services in the area of childhood and youth.

Keywords: Foster Care; Foster Families; Children; Social Work; Experiences; Strategies;

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice	vii
Lista de Siglas.....	ix
Introdução	1
Capítulo 1- O Acolhimento Familiar em Portugal e no Mundo.....	3
Capítulo 2- Enquadramento teórico.....	6
2.1 Definição e Enquadramento Legal: Medida de Acolhimento Familiar.....	6
2.2.1. O Papel da Família de Acolhimento	7
2.2 Caracterização do Acolhimento Familiar em Portugal	10
2.3. Famílias de Acolhimento de Crianças e Jovens em Portugal.....	11
2.3.1. Motivações e Experiências das Famílias de Acolhimento	12
2.4. Papel e Intervenção das Equipas Técnicas	15
Capítulo 3- Metodologia de Investigação.....	16
3.1 Objeto de estudo	16
3.2 Campo Empírico	16
3.3 Natureza da Investigação	17
3.4 Universo e Amostra	17
3.5 Técnicas de Recolha de Dados.....	18
3.6 Técnica de Tratamento de Dados.....	19
3.7 Questões Éticas do Estudo	20
Capítulo 4- Apresentação e discussão dos resultados	21
4.1. Caracterização das Famílias de Acolhimento e Técnicas Entrevistadas	21
4.2. Conhecimento da Medida de Acolhimento Familiar e Motivações das Famílias de Acolhimento	23
4.3. Experiência das Família de Acolhimento	24
4.4. As transformações e os impactos sentidos na criança acolhida	26
4.5. Principais dificuldade e desafios das Famílias de Acolhimento	27
4.5.1. Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens portugueses.....	28
4.5.2. Gestão Emocional, Transição e Desvinculação	28
4.5.3. Questões burocráticas	30
4.5.4. Relação e contactos com a família de origem	30
4.5.5. Características das crianças.....	31

4.6. Aspetos a melhorar na medida de Acolhimento Familiar	31
4.7. Perspetivas dos Profissionais e Famílias de Acolhimento sobre a recente alteração legislativa (Lei nº37/2025, de 31 de março).....	33
4.8. Intervenção e Papel da Equipa técnica do Acolhimento Familiar.....	34
4.8.1. Dificuldades e Desafios enfrentados pela Equipa Técnica do NAF	37
4.9. O que é ser família de acolhimento.....	38
Conclusão	39
Fontes	41
Referências Bibliográficas.....	43
Anexos.....	47
Anexo A- Consentimento Informado.....	47
Anexo B- Guião de Entrevista dos Profissionais	48
Anexo C- Guião de Entrevista das Famílias de Acolhimento	49

Índice de Quadros

QUADRO 1- CARACTERIZAÇÃO DAS FA	21
QUADRO 2- CARACTERIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS	23
QUADRO 3- O QUE É SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO	38

Lista de Siglas

CASA- Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

FA- Famílias de Acolhimento

IP-RAM- Instituto de Previdência da Região Autónoma da Madeira

ISSA- Instituto de Segurança Social da Administração

ISSM- Instituto de Segurança Social da Madeira

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MIAF- Modelo Integrado de Acolhimento Familiar

NAF- Núcleo de Acolhimento Familiar

SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

UAACAF- Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, tem como denominação “Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social”. Esta investigação procura dar resposta à pergunta de partida “Quais são as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias de acolhimento?”.

O acolhimento familiar apresenta-se como a medida de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo mais adequada, sendo que de acordo com a lei, *“Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade”* (artigo 46º, Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro).

O objeto de estudo da presente dissertação são as FA de crianças até aos 6 anos de idade. As FA são um recurso de informação fundamental, que contribui para o desenvolvimento da medida de acolhimento familiar. Através destas, é possível compreender as suas necessidades e ajustar o apoio a prestar (Denby et al., 1999 citado em Santos, 2023).

Esta investigação pretende compreender através das próprias FA, os motivos que as levam a assumir este papel, as suas experiências na implementação da medida, os principais desafios que enfrentam e os contributos que podem dar para a melhoria da medida de acolhimento familiar em Portugal. Através da experiência e vivências das próprias famílias, será possível aprofundar o conhecimento acerca da medida de acolhimento familiar e contribuir para dar uma maior visibilidade a esta medida. Como objetivo geral definimos “Sistematizar estratégias de melhoria na aplicação da medida de acolhimento familiar, com base nas perceções das famílias de acolhimento”. Estabelecemos ainda os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar as motivações, experiências e perceções das famílias de acolhimento sobre a medida de acolhimento familiar; 2. Analisar as transformações nas crianças acolhidas pela medida de acolhimento familiar; 3. Categorizar as dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias de acolhimento; 4. Tipificar as abordagens da equipa técnica na intervenção com o acolhimento familiar ao nível da criança e da família.

Tendo por base a metodologia de um trabalho científico, foi realizada recolha de dados qualitativos. A presente investigação qualitativa baseia-se no método indutivo, na medida em que parte da recolha de informações, com o objetivo de construir a teoria e alcançar conclusões gerais sobre o fenómeno em estudo. Utilizamos duas técnicas de recolha de dados, nomeadamente, a análise documental e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas às FA de crianças até aos 6 anos, pertencentes à Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UACAAF), mais especificamente no NAF da SCML, como aos profissionais da equipa técnica responsável pelo acompanhamento destes processos. Os dados obtidos foram posteriormente analisados através da técnica de análise de conteúdos temáticos.

No que diz respeito à organização da presente dissertação, esta encontra-se dividida em quatro capítulos organizados e estruturados entre eles. No primeiro capítulo é apresentada uma breve abordagem ao estado da arte sobre o tema em estudo. O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento teórico. Segue-se o terceiro capítulo, no qual, é descrita a metodologia de investigação utilizada. Por fim, no quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos, acompanhados da respetiva análise e discussão. Terminamos com a conclusão e apresentação das referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1- O ACOLHIMENTO FAMILIAR EM PORTUGAL E NO MUNDO

O acolhimento familiar constitui uma área de estudo em crescimento, que tem ganho cada vez mais destaque no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal. Esta medida de colocação tem vindo a afirmar-se, sendo visível um investimento na sua promoção e divulgação por parte das instituições responsáveis. No entanto, e apesar do crescente reconhecimento da importância da medida de acolhimento familiar, a investigação permanece ainda pouco desenvolvida em Portugal (Diogo, 2017), existindo a necessidade de aprofundar o conhecimento nesta área. No decorrer deste capítulo, apresentar-se-ão algumas das discussões científicas e dos estudos produzidos acerca do acolhimento familiar, enquanto medida de colocação preferencial para crianças e jovens em situação de perigo.

De acordo com a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, o acolhimento familiar é uma medida temporária e transitória, que proporciona à criança a continuidade de cuidados em contexto familiar, assegurando o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Vários estudos e recomendações internacionais defendem que o acolhimento familiar é a medida de colocação que deve ser privilegiada, em detrimento da medida de acolhimento residencial. Segundo as Diretrizes da Organização das Nações Unidas para o Cuidado Alternativo de Crianças (2010), a medida de acolhimento residencial deve ser apenas aplicada a situações específicas, nas quais, se considera ser o que defende melhor o superior interesse da criança. Os cuidados alternativos para as crianças, especialmente até aos 3 anos, devem ser assegurados em contexto familiar. É ainda reforçado e recomendado que devemos caminhar para uma estratégia global de desinstitucionalização. Esta orientação visa a eliminação progressiva das instituições de crianças e jovens em perigo que se encontram privadas de cuidados parentais, privilegiando soluções de proximidade e em contexto familiar, junto de FA.

O acolhimento familiar oferece à criança a possibilidade de crescer num ambiente familiar alternativo, seguro e benéfico ao seu desenvolvimento cognitivo, de linguagem, de expressão emocional e segurança. Este contexto promove a construção de uma relação vinculativa estável e protetora, algo que se revela mais difícil de alcançar num contexto institucional (Delgado & Gersão, 2018);(Negrão et al., 2019). O modelo de família do acolhimento familiar, baseado na proximidade e afeto, opõe-se à resposta padronizada e generalizada do acolhimento residencial (Moreira, 2014 citado em Delgado, 2020). Nas casas de acolhimento, as crianças e jovens relacionam-se com múltiplos cuidadores, com rotinas e regras diferentes, percebem que os adultos que trabalham na instituição têm a sua família e, no fim do turno, regressam para as mesmas, podendo isto causar um impacto negativo nas mesmas. A educação e a aprendizagem dos afetos fica muitas vezes comprometida (Delgado & Gersão, 2018).

Diversos estudos e investigações têm vindo a reforçar os benefícios do acolhimento familiar, como é o caso do estudo *Bucharest Early Intervention Project* (Nelson, Fox, & Zeanah, 2014 citado em Negrão et al., 2019) que evidenciou os benefícios do acolhimento familiar, nomeadamente, ao nível cognitivo, de linguagem, expressão emocional, de segurança e organização da vinculação das crianças incluídas nesta resposta. Outros estudos evidenciam ainda um ajustamento psicológico, melhoria de comportamento e de sintomas de stress pós traumático, maior aproveitamento escolar, contribuindo para a evidência das mais-valias do acolhimento familiar comparativamente ao acolhimento residencial (Ahmad et al., 2005; Barber & Delfabbro, 2005; Dregan & Guilliford, 2012; Nowacki & Schoelwerich, 2010; citado em Negrão et al., 2019).

Em diversos países europeus, de forma progressiva, observa-se uma tendência geral para a diminuição da institucionalização e um aumento do número de crianças e jovens em acolhimento familiar, adotando-se uma política de desinstitucionalização das crianças e jovens, já consolidada em muitos países (Negrão et al., 2019). Nos países europeus, destacam-se a Irlanda e a Noruega, com cerca de 90,5% e 86%, respetivamente, de crianças e jovens em acolhimento familiar. A nível mundial, destaca-se a Austrália, com uma percentagem de crianças e jovens em acolhimento familiar de 91%, enquanto apenas cerca de 5% estão em acolhimento residencial (Del Valle & Bravo, 2013).

Apesar das evidências científicas dos seus benefícios e diretrizes internacionais, o acolhimento familiar assume ainda uma expressão reduzida no sistema de promoção e proteção português. Contrariamente ao que acontece em muitos países, de acordo com o Relatório da UNICEF “Pathways to Better Protection: Talkin stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia” (2024), Portugal continua a ter uma elevada percentagem de crianças e jovens institucionalizados. Entre os 42 países da Europa e da Ásia Central que foram analisados neste relatório, Portugal tem a maior percentagem, com 95% das crianças institucionalizada. O Relatório da Nações Unidas “Report of the Committee on the Rights of the Child” (2014), alertou Portugal sobre a necessidade de melhorar a prestação de cuidados familiares e desenvolver uma estratégia de desinstitucionalização, visando a eliminação gradual do acolhimento residencial.

O reduzido número de crianças e jovens em FA em Portugal pode ser, em parte, explicado pela ausência de uma “cultura de acolhimento familiar”. Esta ausência traduz-se no fraco investimento de campanhas de divulgação do acolhimento familiar, assim como reduzidas campanhas de captação e seleção de potenciais FA (Delgado et al., 2015; Negrão et al., 2019). Para além disso, à semelhança de vários estudos, a investigação de Negrão et al. (2019) demonstra que, de uma forma geral, os participantes têm pouco conhecimento sobre o acolhimento familiar e, por outro lado, uma elevada pré-disposição para o acolhimento familiar. Simultaneamente, subestimam o número de crianças e jovens em acolhimento residencial e sobrestimam o número de crianças e jovens em acolhimento familiar. Outro motivo apontado pela literatura, pode dever-se ao facto de que, em Portugal, as medidas de apoio

junto de outros familiares da criança são consideradas uma medida em meio natural de vida, contrariamente ao que acontece noutros países, sendo considerada medida de acolhimento familiar (Carvalho & Diogo, 2021 citado em Santos, 2023). Por fim, as casas de acolhimento em Portugal estão por todo o território nacional, podendo responder à totalidade das crianças e jovens em perigo, constituindo isto um possível obstáculo à mudança, dado que as instituições pretendem preservar a sua continuidade (Delgado, 2019 citado em Gonçalves, 2020).

De acordo com Delgado (2010a), o sistema português mantém-se preso a paradigmas do passado, continuando a caracterizar-se pela estabilidade e permanência, uma vez que os casos de mudança de FA são pouco comuns e a criança/jovem tende a permanecer com os seus acolhedores durante um longo período. Se, por um lado, o acolhimento familiar apresenta-se como uma resposta estável e segura para a criança, por outro, compromete a rotatividade e disponibilidade das famílias para acolher novas crianças, sendo este o principal fim da medida. Isto pode provocar uma situação ambígua no sistema de acolhimento (Delgado et al., 2014).

O acolhimento familiar surge ainda associado a uma medida temporária, o que levanta desafios adicionais, uma vez que a duração da sua aplicação nem sempre é claramente definida. Esta indefinição da temporalidade do acolhimento, poderá provocar sentimentos de ansiedade e insegurança por parte das FA (Delgado et al., 2014).

O crescimento do acolhimento familiar implica que existam cada vez mais famílias disponíveis para acolher crianças e jovens com diferentes perfis, nomeadamente, diferentes idades e com problemáticas comportamentais. É necessário apostar na divulgação e na especialização das FA (Delgado et al., 2014). Em Portugal, nos últimos anos, tem-se verificado um aumento e investimento por parte das instituições de enquadramento na promoção e divulgação do acolhimento familiar. Exemplos disso são iniciativas como a campanha da Casa Pia de Lisboa “Ser Colo por uma ca(u)sa” e a iniciativa da SCML “LX Acolhe: Só uma família de acolhimento pode dar o amor que lhe está a faltar”.

“Em Portugal, está por construir um acolhimento familiar capaz, especializado, adequado às necessidades de desenvolvimento das crianças acolhidas e aos objetivos, requisitos e necessidades de acolhedores e famílias biológicas. Um acolhimento que possibilite o regresso rápido a casa ou a transição para a adoção, sempre que qualquer uma destas opções for legítima e viável” (Delgado et al., 2014, p.147).

Para que a medida de acolhimento familiar seja viável e desempenhe um papel fundamental em Portugal, é necessário financiá-la de modo justo e ir ao encontro dos sentimentos de altruísmo e de generosidade existentes na sociedade. Desta forma, será possível recrutar um maior número de FA de qualidade (Delgado & Gersão, 2018).

CAPÍTULO 2- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Definição e Enquadramento Legal: Medida de Acolhimento Familiar

Na fase da infância, as relações estabelecidas entre pais e filhos destacam-se pelo instinto natural de cuidado e de proteção, considerando-se que os pais são as melhores pessoas para identificarem as necessidades dos filhos (Bertão et al., 2015). No entanto, nem todas as crianças e jovens se encontram seguras no seio familiar, podendo estas estarem expostas a situações de negligência, abuso, violência física, psicológica e emocional. Nas situações em que o superior interesse da criança não é assegurado pela família de origem, é necessário intervir.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, estabeleceu o quadro jurídico tendo em vista à promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em situações de risco e/ou perigo, de forma a assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento integral (artigo n.º 1.º, LPCJP, de 1 de setembro). Neste âmbito, surgem as medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, estas que pretendem remover a situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra, proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e assegurar a recuperação física e psicológica das crianças e jovens (artigo n.º 34.º, LPCJP, de 1 de setembro). Existem medidas de promoção e proteção que podem ser executadas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança à pessoa idónea e apoio para autonomia de vida) ou em regime de colocação (acolhimento residencial e acolhimento familiar) (artigo n.º 35.º, LPCJP, de 1 de setembro).

O acolhimento familiar surge como uma medida a executar no regime de colocação e consiste “na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral” (artigo n.º 46º, LPCJP, de 1 de setembro, p.6122).

Em setembro de 2015, com a segunda revisão à LPCJP, surgiram alterações significativas no sistema de acolhimento familiar (Delgado & Gersão, 2018). Esta revisão (Lei nº142/2015, de 8 de setembro), veio prever a possibilidade da aplicação da medida de acolhimento familiar, independentemente, se o projeto de vida da criança é o retorno à sua família de origem ou não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida (artigo n.º. 46º., alínea 3, Lei nº142/2015, de 8 de setembro). A medida passa a ser privilegiada sobre a de acolhimento residencial, especialmente para crianças até aos 6 anos de idade (artigo n.º46º., alínea 4, Lei nº142/2015, de 8 de setembro). Assim, a legislação portuguesa alinhou-se com as diretrizes internacionais reconhecendo que o acolhimento familiar é a medida de colocação mais adequada para o bem-estar e o desenvolvimento da criança, principalmente na primeira infância, realçando a importância de uma vinculação segura, com a presença de uma figura de referência para a criança (Delgado & Gersão, 2018).

Em 2019, surge o novo regime de execução do acolhimento familiar (Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro). Este introduziu mudanças importantes no estatuto remuneratório, social e fiscal das FA, assim como no enquadramento laboral para a realização da atividade (Delgado, 2020). O acolhimento familiar aparece como um sistema integrado, gerido e assegurado pelos organismos competentes da segurança social (tanto o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), como a SCML acumulam funções como entidade gestora e instituições de enquadramento, ambas subordinadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), que promovam campanhas de divulgação, sensibilização e recrutamento de FA, formação e que as habilite para o exercício deste papel, assim como a gestão das vagas existentes em FA, centralizada, nacional e homogêneas. Pretende-se, tendo em conta as necessidades, perfil e enquadramento psicossocial da criança ou jovem, garantir uma melhor integração destes nas FA (Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro).

Relativamente às FA, o Governo passou a conceber um apoio pecuniário específico¹, tendo em conta, a idade da criança, as suas problemáticas e necessidades específicas, passando as FA a beneficiar de prestações sociais de parentalidade, assim como a poder requerer os apoios de saúde, de educação e sociais a que a criança ou o jovem tenha direito (Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro). Em relação à criança ou jovem acolhido, os seus direitos são alargados, nomeadamente, serviços de saúde, igualdade de oportunidade e acesso a experiências familiares e educativas para o exercício de cidadania e qualificação para a vida autónoma. A permanência na mesma FA durante o período de execução da medida, assim como apoios, pensões e prestações sociais a que a criança ou o jovem tenha direito (Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro).

A adoção por parte das FA, carecia de enquadramento legal, de forma a permitir que em casos específicos e devidamente fundamentados, estas famílias pudessem adotar a criança que já têm aos seus cuidados (Delgado & Gersão, 2018). Em março de 2025, surgem novas alterações importantes para o sistema de acolhimento familiar português. A Lei nº37/2025 introduziu a possibilidade de adoção pelas FA em situações específicas, reforçando o superior interesse da criança. O artigo nº 23, alínea q), evidência que sempre que seja determinada medida de adotabilidade, a criança ou jovem pode continuar na FA e por ela ser adotada, em estrito cumprimento do princípio mencionado na alínea g), do artigo 4.º da LPCJP e do superior interesse da criança e do jovem (Lei nº37/2025, de 31 de março). Outro ponto importante é a possibilidade de pessoas candidatas à adoção ou familiares, se tornarem FA, além de reforçar os direitos das crianças e jovens em acolhimento (Lei nº37/2025, de 31 de março).

2.2.1. O Papel da Família de Acolhimento

O conceito de família é amplamente discutido na nossa sociedade. De acordo com Bronfenbrenner (2005), a família constitui a primeira estrutura de suporte e funcionamento ao desenvolvimento humano, que se prolonga ao longo da sua vida, desempenhando funções em diferentes domínios, intelectual,

¹ Artigo 30.º, Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro. <https://files.dre.pt/1s/2019/09/17700/0001100029.pdf>

social, emocional e psicológico (citado em Delgado, 2010b). A família é um elemento estruturante do desenvolvimento de qualquer criança, pelo cuidado e satisfação das suas necessidades básicas, tornando possível o desenvolvimento integral da criança, assim como das suas capacidades (Bertão et al., 2015). Segundo Delgado (2010b), o desenvolvimento do ser humano é condicionado pela interação que o indivíduo estabelece com o ambiente no qual está inserido, assim como pela qualidade das relações que constrói nesse contexto.

A teoria da vinculação, proposta por Bowlby em 1969, evidencia a capacidade do ser humano em estabelecer múltiplos vínculos e laços afetivos ao longo da sua vida, sendo que, quando esses vínculos são seguros, podem desempenhar um papel reparador perante experiências anteriores de relações marcadas pela instabilidade ou alguma perturbação (citado em Negrão et al., 2019). No caso das crianças que experienciaram algum tipo de mau-trato, como é o caso das crianças que se encontram em acolhimento, é muito comum que desenvolvam padrões de vinculação evitante, ambivalente ou desorganizado, influenciando de forma negativa o seu desenvolvimento integral e a forma como se relacionam com os outros ao longo da sua vida, apresentando dificuldades no estabelecimento de novos vínculos (Delgado, 2010b). Bowlby (1969/82) entende a vinculação como um mecanismo inato de comportamentos que orientam a criança a procurar proximidade junto das figuras cuidadoras, no sentido de obterem proteção e a segurança que necessitam (citado em Oliveira, 2012). A teoria da vinculação assenta na ideia de que, através das interações da criança com o meio, com os seus cuidadores e outras pessoas significativas, bem como nos efeitos que emergem dessas relações de proximidade, que se constroem as relações de vinculação (Howe, Brandon, Hinings & Schofield, 1999 citado em Oliveira, 2012). Bowlby (1984) defende que a criança consegue estabelecer novas relações de vinculação, desde que encontre uma figura estável e disponível capaz de desempenhar de forma consistente o papel de cuidador afetivo, protetor e sensível, indispensável ao bem-estar da criança (citado em Oliveira, 2012).

O acolhimento familiar, ao inserir a criança num ambiente familiar alternativo, possibilita-lhe a criação e desenvolvimento de novos vínculos, mantendo a vinculação e a identificação com a família de origem (Kelly & Gilligan, 2000 citado em Delgado, 2010b). A construção de novos vínculos pode ser essencial para a resiliência e restabelecimento físico e mental da criança, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento (Cairns, 2006 citado em Delgado, 2012). Para além disso, permite o contacto com novas realidades, modelos parentais distintos e relações com elevado poder emocional e afetivo (Triseliotis, Sellick & Short, 1995 citado em Delgado, 2010b).

Trata-se, contudo, de um contexto familiar alternativo e distinto que representa um desafio tanto para a criança como para a FA. O acolhimento significa perdas, distância, mudança, confronto com o desconhecido (Delgado, 2010b). A reação da criança, de acordo com a sua idade, pode ser diferenciada, manifestando-se através da indiferença, choro, raiva, esperança ou até desesperança (Bertão et al., 2015). É importante que os acolhedores consigam compreender e enquadrar o comportamento da criança,

podendo esta assumir comportamentos mais desafiantes e difíceis de gerir, como atitude de carácter defensivo (Chaves, 2018).

A forma como se concretiza a retirada das crianças e jovens às suas famílias, assim como a qualidade dos contactos estabelecidos após aplicação da medida, iram refletir diretamente na forma como as crianças aceitam a medida, o modo como vivenciam e elaboram as perdas inerentes à separação e se disponibilizam para a criação de novos laços nas FA e no modo como reorganizam, se necessário, as ligações com a família biológica (Bertão et al., 2015).

Pode existir uma conflitualidade de sentimentos entre o amor que a criança/jovem sente pelos progenitores e o sentimento de segurança e apoio que a FA lhe proporciona (Delgado, 2010b). As autoras Tribuna e Relvas (2002) caracterizam esta dualidade de relação como “dupla parentalidade paradoxal”. Por um lado, as crianças mantêm uma parentalidade de lealdade associada ao “subsistema pais biológicos” (marcada por atitudes de passividade e por dificuldades de adaptação social de nível emocional elevado) e por outro lado, uma parentalidade funcional do “subsistema família de acolhimento” (que privilegia a integração de valores sociais normativos). Estas diferentes realidades podem suscitar na criança algum conflito interno, este que tende a agravar-se caso a FA opte por afastar e não promover o relacionamento com a família de origem (citado em Chaves, 2018). A manutenção da comunicação com a família de origem é importante para a criança quando compensatória, reforçando o seu sentimento de pertença e segurança, facilitando a construção identitária (Bertão et al., 2015), libertando-se do conflito de lealdade e do medo de perda (Delgado, 2012).

De acordo com Martins (2004), as FA e biológicas estão interligadas, quer pela existência de rivalidade e antagonismo, quer pela relação que possam ter, tendo cada uma o seu lugar e papel (citado em Diogo, 2017). Embora possam surgir opiniões e perceções diferentes entre a FA e família de origem quando às competências parentais, devem ambas respeitar o direito da criança ao contacto com cada uma das famílias, assim como partilhar a parentalidade (Riggs, 2015 citado em Diogo, 2017).

Para que o acolhimento familiar cumpra o seu papel reparador é fundamental que haja persistência e continuidade na nova relação com a FA, de forma que esta volte a ligar-se de forma saudável a novas pessoas (Chaves, 2018). Schofield e Stevenson (2009) identificam duas responsabilidades essenciais no acolhimento, nomeadamente, que este permita que a criança consiga gerir as diversas relações familiares presentes, dando um sentido e significado aos acontecimentos do seu passado, e por outro lado, enfatizam a importância da família biológica ser trabalhada, de modo a proporcionar uma melhor relação (citado em Delgado, 2012). Isto deve ser alcançado num curto espaço de tempo (Delgado & Gersão, 2018).

2.2 Caracterização do Acolhimento Familiar em Portugal

O relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) de 2024, apresenta os dados referentes ao período compreendido entre 2 de novembro de 2022 a 1 de novembro de 2023, sobre a situação de acolhimento de crianças e jovens em Portugal, nomeadamente, no que se refere ao acolhimento familiar.

De acordo com os CASA (2024), verificou-se um aumento significativo, face ao ano anterior, do número de respostas na rede de acolhimento familiar. O alargamento e qualificação da rede de FA, resulta do investimento das entidades gestoras do sistema de acolhimento familiar, nomeadamente, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Instituto da Segurança Social, que celebrou 21 acordos de cooperação com novas instituições de enquadramento, do Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM), Instituto de Previdência da Região Autónoma da Madeira (IP-RAM), e mais recentemente da Casa Pia de Lisboa, o Instituto de Segurança Social da Administração (ISSA). As entidades gestoras em parceria com as instituições de enquadramento, têm vindo a trabalhar de forma coordenada e colaborativa para o crescimento e desenvolvimento do sistema de acolhimento familiar (CASA, 2024). Segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2024), a medida de acolhimento familiar sofreu um aumento de 0,4% para 0,5%, pese embora este seja ligeiro, continua a refletir o aumento de mais respostas de acolhimento familiar.

Segundo o Relatório CASA (2024), a 1 de novembro de 2023 encontravam-se acolhidas 6446 crianças e jovens, com idades compreendidas entre 0 e os 24 anos. Destas crianças e jovens, 263 encontravam-se em acolhimento familiar, representando um aumento de 16% de crianças e jovens em FA, face ao ano de 2022, cujo número de famílias era de 227. Este aumento representa assim o 4º ano seguido do número de crianças e jovens acolhidos em FA, desde a implementação do enquadramento legal em vigor. A região que regista o maior crescimento do país é Lisboa. Os distritos de Viseu e Setúbal que não desenvolviam a resposta em 2022, passaram a implementá-la partir de 2023 (CASA, 2024).

Relativamente à faixa etária e género predominante, a maioria das crianças tem menos de 5 anos (mais de 40%) e é predominantemente do sexo masculino (56%), com exceção da faixa etária entre os 12 e os 14 anos. A maioria das crianças até aos 5 anos frequenta creche ou pré-escolar. Mais de 90% das crianças até aos 11 anos frequenta o 1º ou 2º ciclo. E por fim, 74% dos jovens frequenta o 3º ciclo ou secundário (CASA, 2024).

As crianças e jovens que se encontram em acolhimento familiar, podem apresentar diferentes características particulares (problemas comportamentais, deficiência mental ou física, doença física, perturbação mental), tendo-se vindo a verificar uma diminuição da incidência dos problemas de comportamento e de situações de deficiência mental (CASA, 2024). Por outro lado, existe um aumento dos acompanhamentos em consulta de especialidade e apoios especializados, como em consultas de

desenvolvimento, acompanhamento psicológico e pedopsiquiátrico e ainda medicação pedopsiquiátrica (CASA, 2024).

Os projetos de promoção e proteção destas crianças e jovens passam maioritariamente pela adoção e a reintegração familiar. As crianças e jovens nem sempre têm o seu projeto de vida definido (CASA, 2024). Segundo o Relatório CASA (2024), o tempo médio de permanência em acolhimento familiar ronda os 4 anos. Contudo, observa-se uma distribuição assimétrica, 34% encontra-se acolhida há menos de 1 ano e 32% há mais de 6 anos (CASA, 2024).

2.3. Famílias de Acolhimento de Crianças e Jovens em Portugal

De acordo com a lei portuguesa, as FA podem ser: “uma pessoa singular; duas pessoas casadas entre si ou que vivam em união de facto; duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco e que vivam em comunhão de mesa e habitação” (artigo nº12, Decreto de Lei nº 139/2019, de 16 de setembro). Além destes requisitos referidos é necessário que o responsável reúna ainda os seguintes critérios: ter mais de 25 anos; não ser candidato à adoção²; possuir um estado de saúde física e mental estável, comprovado mediante declaração médica; dispor de condições de habitabilidade, higiene e segurança adequadas para acolher crianças e jovens; ter idoneidade para exercer o papel de FA, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº113/2009, de 17 de setembro; não tenha sido indiciado, acusado, pronunciado ou condenado, mesmo sem trânsito em julgado, por crime doloso contra a vida, integridade física ou liberdade pessoal ou contra a liberdade ou autodeterminação sexual; Não estar impedido de exercer as responsabilidades parentais, nem ter o seu exercício restringido nos termos do artigo 1918.º do Código Civil (artigo nº14, Decreto de Lei nº 139/2019, de 16 de setembro).

As FA são consideradas como a resposta de integração mais adequada para crianças e jovens que se encontrem em situação de perigo e que seja necessário a aplicação de uma medida de colocação. São famílias que, diariamente e por um período de tempo, prestam os cuidados necessários à criança que teve de ser afastada da sua família biológica, não tendo nenhuma responsabilidade específica relativamente à família de origem, a não ser manter a comunicação estritamente necessária (Martins, 2005 citado em Oliveira, 2012).

Para que uma pessoa ou família seja declarada apta para acolher uma criança, tem de preencher determinados critérios e requisitos, entre estes, um ambiente familiar estável, capacidade financeira de modo a suportar as despesas inerentes ao acolhimento, uma remuneração adequada, a participação em ações de formação inicial e contínua, assim como a garantia de um acompanhamento técnico ao longo do processo (Delgado, 2010a). Estas têm como objetivo estabelecer uma relação de afeto e proximidade com a criança e contribuir para o sucesso do seu projeto de vida (Delgado et al., 2016 citado em Diogo,

² Alterado pela Lei n.º 37/2025, de 31 de março. Esta lei possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser FA.

2017), assim como garantir à criança ou jovem, o bem estar físico e mental, um desenvolvimento integral, tendo por base um ambiente familiar potenciador disto (Delgado, 2010a).

Com base no estudo de Diogo (2017) pode-se enquadrar as FA em três grupos distintos: “incondicionais”, “hesitantes” e as “jubiladas”. As “incondicionais” sentem o acolhimento familiar como se tratasse de um “vício”, já não se imaginam sem crianças e querem ser FA até que algo as impeça. Estão disponíveis para acolher duas ou mais crianças em simultâneo. As famílias “hesitantes”, encontram-se num primeiro acolhimento, vivenciando alguns desafios que as fazem oscilar. O incentivo das pessoas ao seu redor é frágil. Por fim, as famílias “jubiladas”, famílias que não pretendem acolher mais crianças devido à sua idade, desejam dedicar-se apenas à própria família, e não são apoiadas a receber novas crianças.

2.3.1. Motivações e Experiências das Famílias de Acolhimento

Tornar-se essencial compreender as principais motivações e razões pelas quais as pessoas se tornam FA, dado ser fundamental para o recrutamento e captação de novas FA, para a promoção da sua satisfação e continuidade da medida.

De acordo com a literatura, diversos estudos indicam que as principais motivações das famílias para acolherem, prendem-se, na sua maioria, com o altruísmo, querer cuidar e proteger crianças e jovens, contribuir para a comunidade, responsabilidade ética e religiosa de zelar pelo outro, preencher um vazio, entre outras (Leschied et al., 2014 citado em Diogo, 2017). Em alguns casos, a motivação pode prender-se ainda com experiências anteriores com situações de vulnerabilidade ou desproteção por parte dos membros da FA (Diogo, 2017). O estudo de Diogo (2017) evidência que a motivação das FA é sobretudo focada em valores de altruísmo e satisfação emocional, o desejo de cuidar e proteger crianças, permitindo que estas tenham as mesmas condições que os próprios filhos. De acordo com Oliveira (2012), o facto de acolherem representa uma forma de completar o seu agregado familiar.

As motivações das famílias para aderirem à medida de acolhimento familiar pode ser estudada em três áreas (De Mayer et al., 2014; Sebba, 2012 citado em Anjos 2020):

- ☐ Razões centradas na criança/jovem acolhido: sentido de proteção e de ajuda; proporcionar um lar e um contexto familiar a quem está privado do ter, dar amor e carinho; possível impacto positivo no desenvolvimento da criança.
- ☐ Razões orientada para o Self: dar sentido à vida, preencher um vazio, desejo de aumentar a família, realização pessoal, desejo de ser amado por uma criança/jovem;
- ☐ Razões orientada para a comunidade: sensação de contribuir para a sociedade.

Sendo que a grande maioria das famílias se envolve por razões centradas na criança.

Podemos ainda classificar as motivações das famílias, em motivações intrínsecas ou extrínsecas. As motivações intrínsecas, são aquelas que emergem do interior da pessoa, como valores e personalidade. Já as motivações extrínsecas estão associadas a causas externas, por exemplo, às recompensas e à satisfação do outro (Rodger et al., Sebba, 2012 citado em Anjos, 2020).

A razão pela qual as famílias se tornam FA pode ser explicada pela “Resource Theory” (Cox et al., 2003; De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018 citado em Anjos, 2020). De acordo com os autores, quantos mais recursos uma pessoa possuir, como educação elevada, maior rendimento, maior disponibilidade de tempo e de espaço, experiência parental e suporte social, apresentam maior probabilidade de acolher crianças/jovens em situações de necessidade (Cox et al., 2003; De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018 citado em Anjos, 2020).

De acordo com Nutt (2006) para as famílias que se tornam FA, este significa um momento auge, pois alguns cuidadores expressam que o acolhimento mudou as suas vidas totalmente (citado em Diogo, 2017). Ser FA é apontado como sendo uma experiência compensadora, mesmo em situações cuja experiência não foi tão positiva (Diogo, 2017). A chegada da criança é um momento vivido com alegria e emoção. A dinâmica da vida pessoal e familiar altera-se ou reajusta-se, nomeadamente, rotinas, espaços, horários, mas todas estas alterações são vividas com naturalidade no processo (Diogo, 2017). A capacidade de resiliência familiar revela-se crucial, dado que as FA enfrentam stress e ansiedade causada pela espera da criança, procedimentos, e receio que não corra bem. Frequentemente, o stress persiste ao longo do acolhimento e após a cessação do mesmo (Diogo, 2017).

Importa referir que existem diferentes fases no acolhimento familiar, englobando estas, a preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica, elaboração e concretização do plano de intervenção; acompanhamento e avaliação; revisão da medida e cessação do acolhimento (artigo nº17, Decreto de Lei nº 139/2019, de 16 de setembro). Relativamente ao processo de seleção e acompanhamento, as famílias demonstram possuir noção dos procedimentos e exigência que o processo exige, assim como as suas funções. Para além disso, demonstram disponibilidade para receber os técnicos das equipas e serem de alguma forma supervisionados, assim como garantir as visitas com a família de origem da criança (Diogo, 2017).

A FA estabelece uma relação tripartida entre a criança, os serviços e a família de origem, tendo como principal objetivo o bem-estar e segurança da criança (Diogo, 2017). O relacionamento com as famílias de origem é descrito de forma geral como positivo pelas FA, mantendo uma relação cordial com as mesmas. As famílias demonstram empatia com os pais biológicos e partilham estratégias educativas com os mesmos (Diogo, 2017). O estudo de Bertão et al., 2015 refere que as famílias promovem a presença da família biológica em momentos significativos dos filhos (festas de aniversário, Dia da Mãe e do Pai). Por outro lado, o estudo de Negrão et al., 2019 à semelhança de outros estudos,

indica que para algumas FA, os contactos com as famílias biológicas são um aspeto stressante no processo de acolhimento.

As famílias aceitam o carácter transitório da medida e estão conscientes que a cessação poderá ocorrer (Diogo, 2017). A maioria das famílias consideram-no como um facto inerente à medida, sem questioná-lo (Oliveira, 2012). No entanto, uma das maiores preocupações referidas pelas famílias é a cessação do acolhimento e a consequente gestão da perda, tendo receio de perderem o contacto definitivo com a criança ou jovem (Diogo, 2017; Oliveira, 2012). O momento de separação é apontado pelas famílias como um momento difícil, nomeadamente na preparação das crianças (Oliveira, 2012). A manutenção do contacto com a criança após a cessação do acolhimento, está previsto no Manual dos processos-chave do acolhimento familiar (2011), assim como na lei. Este aspeto tranquiliza a FA, uma vez que pretendem continuar a ter relação e manter o vínculo com as crianças. Isto evidência que a relação construída foi profunda e emocional, transcendendo o carácter imediato do processo. A vinculação foi sendo construída e mantém-se após a cessação do acolhimento (Diogo, 2017).

Para os acolhedores as redes formais e informais são fundamentais para o apoio durante todo o processo. As redes formais centram-se na equipa técnica do acolhimento familiar, sendo o acompanhamento e apoio desta uma necessidade premente das famílias, esta que valorizam a relação, disponibilidade e a valorização dos técnicos (Diogo, 2017). O apoio psicológico fornecido pela instituição de enquadramento, é um dos apoios mais requisitado pelas famílias (Oliveira, 2012). Para além das redes formais, as redes informais, nomeadamente, amigos e família alargada, revelam-se fundamentais para dar suporte e ajuda à família (Oliveira, 2012).

De acordo com a investigação de Diogo & Branco (2020), podem ser identificados três grandes fatores que influenciam a intenção das FA continuarem a acolher, nomeadamente, o impacto do acolhimento, o sistema de recompensas e o processo de separação. O impacto do acolhimento, envolve a gestão de expectativas, as dinâmicas familiares, o impacto nos filhos biológicos e o comportamento da criança acolhida (gestão emocional e comportamental). O sistema de recompensas, relacionada com a qualidade do apoio recebido pelos profissionais e o reconhecimento e valorização social, por parte dos outros (família, criança acolhida, amigos). Por fim, o processo de separação, está relacionado com a dificuldade no processo de desvinculação e a qualidade da preparação para a separação, assim como o apoio recebido para o processo de transição.

Para além dos fatores mencionados anteriormente, existem outras razões como barreiras relacionadas com a própria família, falta de recursos (financeiros, tempo, espaço), ausência de suporte social e ausência de preparação (Scott & Duncan, 2013 citado em Anjos, 2020) e a perda de contacto com a criança/jovem acolhido (Blackburn, 2016 citado em Anjos, 2020).

2.4. Papel e Intervenção das Equipas Técnicas

De acordo com o Manual dos Processos-Chaves do Acolhimento Familiar (2011), as equipas multidisciplinares de acompanhamento devem ter em conta 5 grandes domínios: sensibilização e captação de candidatos; constituição e gestão da bolsa de FA; Preparação e Integração na FA; Plano Individual; e Acompanhamento do processo de Acolhimento Familiar.

O trabalho do Assistente Social, assim como de outros profissionais, implica uma gestão de expectativas e desejos, momentos difíceis e felizes, e múltiplos fatores externos ao seu controlo como a morosidade do processo ou questões relativas às dinâmicas das famílias. O profissional deve possuir boas competências de relacionamento, empatia e disponibilidade (Delgado, 2007 citado em Chaves, 2018). Pretende-se que a relação entre a FA e a equipa técnica seja de parceria e proximidade. A equipa que acompanha a família deve partilhar a informação sobre a criança e envolver a mesma nas tomadas de decisão (Diogo, 2017). Devem ainda capacitar, desenvolver e apoiar as FA a cuidar das crianças, dando-lhes as bases necessárias para que estas consigam dar segurança, estabilidade, afeto e um sentido de identidade e pertença aquela criança, devendo estas famílias terem um apoio a nível emocional e prático (Brown et al., 2014 citado em Diogo, 2017).

No decorrer do acolhimento, o acompanhamento dos técnicos deve ser proativo, devendo este na fase inicial do acolhimento familiar ser mais acentuado e propositado (Manual dos Processos-Chave do AF, citado em Diogo, 2017). A preparação das famílias antes do acolhimento e apoio durante o acolhimento são um dos grandes fatores que influenciam se a experiência de acolhimento é mais ou menos positiva (Amorós e Palacios, 2004 citado em Diogo, 2017).

O autor Leischied, et al. (2014) indica alguma recomendação para as equipas desempenharem o seu papel da melhor forma (citado em Diogo, 2017):

1. Recolher informação da família biológica desde personalidade, gostos, hábitos das crianças e fornecer uma descrição da própria;
2. Disponibilizar as informações sobre a criança; fornecer informação oficial aos cuidadores, como dados médicos, escolares, requisitos dos serviços sociais, entre outros;
3. Fornecer aos cuidadores e crianças recursos, nomeadamente, materiais psicopedagógicos.
4. Realizar visitas domiciliárias, de forma a apoiar a família e verificar as necessidades da mesma.
5. Planear as visitas com a família de origem ou família alargada.
6. Perceber com os cuidadores a melhor forma de comunicação entre eles e a família de origem;
7. Dar todos os contactos necessários (serviços, entidades);
8. Realizar reuniões regulares com os cuidadores e mantê-los atualizados sobre novas formações.

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

3.1 Objeto de estudo

O objeto de estudo da presente dissertação são as FA de crianças até aos 6 anos de idade.

Nesta investigação, pretendemos compreender através das FA, os motivos que as levam a assumir este papel, as suas experiências na implementação da medida, os desafios que enfrentam e os contributos que podem dar para a melhoria da medida de acolhimento familiar em Portugal. Assim, através da experiência e vivências das próprias FA será possível aprofundar o conhecimento acerca da medida de acolhimento familiar, permitindo assim fornecer contributos para demonstrar a importância desta medida e aumentar a sua visibilidade.

3.2 Campo Empírico

O campo empírico desta dissertação concentra-se na SCML, com enfoque na UAACAF, especificamente, no NAF.

A SCML é uma instituição, fundada em 1498, com mais de cinco séculos de existência, que tem realizado um trabalho pela defesa de valores sociais, através da proximidade, respeito e defesa de causas importantes. A SCML apresenta como principal missão, zelar pela melhoria do bem-estar dos cidadãos, principalmente dos mais desprotegidos. A SCML intervém em diversas áreas, destacando-se, entre elas, a ação social. No que toca a ação social, a SCML tem vindo a assumir um papel muito importante nas áreas da infância e juventude, nomeadamente, no que toca ao crescimento e investimento na medida de acolhimento familiar (SCML, 2025). De acordo com os CASA 2024, o alargamento e qualificação da rede de FA, resulta do investimento das entidades gestoras do sistema de acolhimento familiar, nomeadamente, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Instituto da Segurança Social, que celebrou 21 acordos de cooperação com novas instituições de enquadramento, do ISSM, IP-RAM, e mais recentemente da Casa Pia de Lisboa, o ISSA.

A UAACAF é responsável pela promoção e concretização da integração das crianças, de forma definitiva ou temporária, privadas do seu meio familiar de origem, mediante a integração em família adotiva ou por apadrinhamento civil, ou ainda pela execução da medida de promoção e proteção de acolhimento familiar, prevista na alínea e) do artigo 35º da LPCJP (SCML, 2025).

O NAF da SCML, é constituído pela Diretora Técnica e 7 sub equipas técnicas. Estas sub equipas são compostas por um elemento da área da psicologia e um elemento da área social (Assistente Social ou Educador Social). Existe também uma equipa de apoio à direção, composta por 2 elementos e uma equipa constituída por pessoas com experiência na área da infância e juventude que acompanham as crianças aos pontos de encontro, locais onde se realizam as visitas com as famílias de origem.

Da análise da distribuição das crianças e jovens em acolhimento familiar pelo território nacional, verificamos que Lisboa regista o maior crescimento do país de FA, correspondente a 26%, seguindo-se só depois o Porto com 22% (CASA, 2024). Este crescimento deve-se sobretudo ao investimento da SCML no acolhimento familiar, assim como as restantes instituições de enquadramento com competência neste distrito (CASA, 2024). A 26 de março de 2025, a SCML contava com uma bolsa de 102 famílias de acolhimento certificadas.

3.3 Natureza da Investigação

A investigação científica exige a escolha de uma abordagem metodológica, que pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. A presente investigação terá como abordagem, uma abordagem qualitativa, uma vez que nesta pesquisa, pretende-se compreender a realidade em estudo, através dos próprios atores que vivem e interagem com a mesma, sendo assim o método indutivo qualitativo o mais adequado. A pesquisa qualitativa parte do princípio de que, no campo, existem múltiplas visões e práticas, resultado das experiências e contextos sociais distintos dos participantes (Flick, 2005).

No método qualitativo, o foco está nos significados construídos pelos participantes, tanto no plano individual como social acerca do objeto em estudo (Flick, 2005). A investigação qualitativa tem em conta a opinião dos sujeitos, sendo a partir destes que se percebe quais as suas interações e se tenta atribuir significados (Flick, 2005). Segundo Ribeiro (2008), a investigação qualitativa produz dados e informações descritivas através da interação entre o investigador e a situação que está a ser estudada, procurando demonstrar a perspetiva dos participantes, tendo um plano aberto e flexível.

A nível metodológico a investigação qualitativa baseia-se no método indutivo, uma vez que o investigador pretende compreender a intenção e o propósito da ação, analisando-a no seu próprio contexto (Pacheco, 1993 como citado em Coutinho, 2014). A interação do investigador com a realidade em estudo, permite que a teoria seja construída de forma indutiva e sistemática, fundamentada pelo próprio campo empírico (Creswell, 1994 como citado em Coutinho, 2014).

Nesta pesquisa, pretende-se compreender a realidade em estudo, através dos próprios atores que vivem e interagem com a mesma, sendo assim o método indutivo qualitativo o mais adequado.

3.4 Universo e Amostra

O universo deste estudo são todas as FA de crianças e jovens até aos 6 anos, pertencentes ao NAF da SCML e todos os profissionais das equipas técnicas que trabalham no NAF da SCML. A 11 de abril de 2025, existiam 38 crianças acolhidas em FA, com idades compreendidas entre 0 e os 6 anos e 14 profissionais pertencentes às equipas técnicas do NAF.

Deste modo, foram constituídas duas amostras para o presente estudo:

Amostra 1: FA de crianças até aos 6 anos, pertencentes ao NAF da SCML;

Amostra 2: Profissionais das equipas técnicas que trabalham no NAF da SCML.

Importa referir que, o tipo de amostragem utilizada foi a amostragem não probabilística intencional, uma vez que a amostra foi selecionada com base em critérios específicos, considerados importantes para o objetivo deste estudo, nomeadamente:

Relativamente a amostra 1, pretendeu-se entrevistar FA com crianças até aos 6 anos, uma vez que de acordo com a Lei 147/99, de 1 de setembro, artigo 46º, alínea 4, *“Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade”*. Para além disso, é nesta faixa etária que existe um maior número de crianças em FA. De acordo com os CASA 2024, mais de 40% das crianças em acolhimento familiar tinham entre os 0-5 anos, correspondendo isto a 108 crianças. Através de outros dados referentes a 2024, a maior concentração de crianças em FA encontra-se no escalão etário de 0 a 5 anos, com um total de 98 crianças, correspondendo a 56,3% (Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, 2024).

Para a amostra 1, os participantes foram selecionados considerando critérios de inclusão como: FA que foram avaliadas, formadas e acompanhadas pelo serviço do NAF, pertencente à UAACAF da SCML; FA com crianças até aos 6 anos de idade; e famílias cujo acolhimento esteja a decorrer neste momento. Assim, de 38 famílias elegíveis com base nestes critérios, foi possível entrevistar 6 FA.

Relativamente à amostra 2, os profissionais, foram selecionados também com base em critérios de inclusão, nomeadamente: estarem integrados na equipa técnica do NAF da SCML; possuírem experiência de 1 ano ou superior na área; e pelo menos um profissional de cada área (Psicologia e Área Social). Neste sentido, foi possível entrevistar uma Psicóloga, uma Assistente Social e uma Educadora Social, um profissional de cada área existente nas várias equipas técnicas.

3.5 Técnicas de Recolha de Dados

Para esta investigação foram utilizadas duas técnicas de recolha de dados, nomeadamente, a análise documental e a entrevista.

A análise documental permite recolher, analisar e interpretar o conteúdo de diversos tipos de documentos, de forma a obter informações, tendo em conta os objetivos de pesquisa estabelecidos (Junior et al., 2021). De acordo com Gody (1995), a análise documental pode ser utilizada como técnica complementar, que valida e analisa as informações recolhidas, por meio de outros métodos, como entrevistas, questionários e observação (citado em Junior et al., 2021).

A análise documental permite complementar as informações obtidas pelas entrevistas, através de leis, relatórios institucionais ou outros documentos sobre o acolhimento familiar. Assim, é possível cruzar as percepções das famílias e técnicos com os dados oficiais existentes.

Relativamente à entrevista, é umas das técnicas do método qualitativo, sendo uma técnica com grande qualidade para recolha de dados (Batista et al., 2017). Através da entrevista podemos obter informações de duas dimensões: factos e percepções. Minayo e Costa (2018) afirmam que os entrevistados podem fornecer informações que, posteriormente, podem ser verificadas em documentos, constituindo assim factos ou, por outro lado, informações subjetivas da realidade expressas por meio de ideias, opiniões, crenças, percepções dos entrevistados (citado em Silva & Russo, 2019). A aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma conversa dirigida (Silva & Russo, 2019). Trata-se de uma conversa com um objetivo, foco definido, tendo como intuito obter informações, dados objetivos e subjetivos (HAGUETE, 2001 citado em Batista et al., 2017).

Existem diferentes tipos de entrevista, sendo que para este trabalho foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, uma vez que apesar de haver perguntas estabelecidas, podem também surgir de forma espontânea respostas por parte do entrevistado, que podem integrar em si, informações pertinentes para futura análise e tratamento dos dados. Por outro lado, pretendemos que seja uma entrevista, na qual, os entrevistados se sintam livres para poderem falar de uma forma aberta e verdadeira. Esta tem como características ter um sentido mais qualitativo, de maior interação entre o entrevistado e o entrevistador (Glesne, 2015 citado em Silva & Russo, 2019). Ou seja, é uma combinação entre perguntas abertas e perguntas fechadas, onde o entrevistado tem liberdade de se posicionar sobre o tema abordado (Minayo, 2010 citado em Batista et al., 2017).

Para a realização das entrevistas, foram elaborados dois guiões: um guião direcionado aos profissionais (anexo 2) e outro às FA (anexo 3). As entrevistas realizadas tiveram uma média de duração de uma hora e foram realizadas via TEAMS, pela facilidade deste método e disponibilidade dos participantes. Para além disso, todas as entrevistas foram gravadas, para efeito de recolha de dados, tendo este facto sido consentido pelos participantes.

3.6 Técnica de Tratamento de Dados

O tratamento dos dados obtidos através das entrevistas realizadas, foi efetuado através da análise de conteúdos temáticos. Esta técnica consiste em organizar os dados em categorias temáticas, de modo a possibilitar uma compreensão mais clara e sistematizada do tema.

Para a realização desta técnica de tratamento de dados, foram utilizados vários instrumentos do MAXQDA, um software de análise de dados qualitativos, permitindo este instrumento organizar, analisar e interpretar os dados. Para além disso, auxilia na codificação, associando códigos e subcódigos de forma visual.

3.7 Questões Éticas do Estudo

A presente investigação teve em conta variadas considerações éticas. Teve de ser conduzida de forma responsável, respeitosa e ética. Assim, este estudo foi realizado de acordo com os padrões éticos na investigação, presentes no Código de Conduta Ética na Investigação Iscte (Despacho nº 7095/2011; Diário da República, 2ª série- Nº 90- 10/06/2011), nomeadamente, os princípios da honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade, integridade e responsabilidade.

De acordo com o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018), a consciência ética desempenha um papel fundamental na prática dos assistentes sociais. A capacidade e dedicação do profissional de serviço social em agir eticamente é um aspeto crucial para garantir a qualidade do serviço que prestam aos cidadãos.

É fundamental explicar aos participantes os objetivos da investigação, devendo-se tratar a participação destes, voluntária, anónima e confidencial. Destacam-se ainda dois princípios éticos fundamentais: a autodeterminação e a autonomia.

Todos os participantes do estudo, incluindo os profissionais e as FA, participaram de forma voluntária. Para isso, foi entregue a cada participante um termo de consentimento informado (anexo 1), de forma a garantir que todos estavam conscientes dos objetivos da investigação, antes de confirmar a sua participação.

No decorrer de um estudo, a confidencialidade é um princípio ético fundamental. Toda a informação recolhida não deve ser identificável e devem recolher-se apenas os dados pessoais estritamente necessários. Neste contexto, foi utilizada a anonimização dos dados por meio de códigos específicos como, por exemplo, a atribuição de nomes fictícios. Além disso, os participantes serão previamente informados sobre a realização da gravação das entrevistas.

CAPÍTULO 4- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se e discutem-se os principais resultados obtidos na investigação, provenientes da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas às FA e às técnicas do NAF da SCML, assim como da análise documental.

4.1. Caracterização das Famílias de Acolhimento e Técnicas Entrevistadas

Importa começar por caracterizar os participantes desta investigação. Neste sentido, apresenta-se o seguinte quadro (1), em relação às FA:

Quadro 1- Caracterização das FA

	Tipologia de Família	Idade	Profissão
Família de Acolhimento 1 (FA1)	Família Nuclear Feminina	57 anos	Educadora de Infância
Família de Acolhimento 2 (FA2)	Família Nuclear Feminina	55 anos	Educadora de Infância
Família de Acolhimento 3 (FA3)	Casal Heterossexual	Mulher: 36 anos Homem: 37 anos	Trabalho por conta própria Engenheiro Mecânico (área das energias renováveis)
Família de Acolhimento 4 (FA4)	Casal Heterossexual	Mulher: 45 anos Homem: 44 anos	Sócio-gerente de uma empresa de material de canalização Assistente de Bordo
Família de Acolhimento 5 (FA5)	Casal Heterossexual	Mulher: 50 anos Homem: 50 anos	Professora Primária Consultor de informática
Família de Acolhimento 6 (FA6)	Casal Heterossexual	Mulher: 37 anos Homem: 42 anos	Área dos Ensaios Clínicos Comercial

Relativamente à FA1, a entrevistada encontra-se a realizar o seu segundo acolhimento. A criança que acolhe é do sexo feminino e completa 2 anos de idade em dezembro. A criança foi integrada com 19 meses de idade e permanece há cerca de 10 meses acolhida. O primeiro acolhimento realizado pela entrevistada foi de uma criança recém-nascida, também do sexo feminino, cujo projeto de vida foi concretizado, através da adoção. A entrevistada tem três filhos biológicos, com 28, 24 e 19 anos. Estes residem consigo, apesar de um deles se encontrar a estudar fora.

No caso da FA2, a entrevistada encontra-se também a realizar o seu segundo acolhimento. A criança que acolhe é do sexo feminino e tem 2 anos de idade. Este acolhimento decorre há cerca de 1 mês. O primeiro acolhimento realizado pela entrevistada, foi de uma criança do sexo masculino, com 4 anos de idade e esteve 2 anos acolhido, cujo projeto de vida foi concretizado, através da adoção. A entrevistada tem três filhos biológicos, apenas o filho de 28 anos, reside consigo atualmente.

A FA3, neste caso, um casal, encontra-se a acolher pela primeira vez. A criança é do sexo feminino e tem 1 ano de idade. Foi para a FA com apenas 1 mês. Os entrevistados têm dois filhos biológico, com 8 e 4 anos de idade.

Em relação à FA4, o casal encontra-se também a acolher pela primeira vez, sendo um acolhimento recente com apenas 3 semanas. A criança é do sexo masculino e tem 10 meses de idade. Os entrevistados têm três filhos biológicos.

A FA5 encontra-se a acolher duas crianças em simultâneo. Uma das crianças é do sexo masculino e tem 4 anos de idade. Foi integrado na família recém-nascido. A outra criança tem dois anos de idade, é do sexo feminino e encontra-se acolhida há cerca de um ano e meio. Ambas vão concretizar o seu projeto de vida brevemente, a primeira, uma reintegração familiar e a segunda, uma adoção. O casal já acolheu vários bebés, tendo sido perceptível que foram na sua totalidade 5 crianças, cujo projeto de vida foi concretizado, através da adoção. Os entrevistados têm 4 filhos biológicos.

Por fim, a FA6, encontra-se a acolher uma criança do sexo feminino, com 3 anos de idade. A criança foi integrada com cerca de 2 anos de idade na FA. Já tiveram outro acolhimento, de uma criança do sexo masculino, com 8 meses, tendo concretizado o seu projeto de vida, reintegração familiar aos 4 anos de idade. O casal não tem filhos biológicos.

Podemos concluir que, a média de idades das FA entrevistadas é de 45,3 anos, sendo maioritariamente casais heterossexuais com filhos biológicos. Ao contrário dos dados mais recentes do CASA (2024), neste estudo, a maior parte das crianças acolhidas é do sexo feminino, com uma média de idade de 2 anos e 1 mês. A maioria das famílias entrevistadas já teve experiências anteriores de acolhimento, à exceção de duas. Tal como indicado pelos dados do CASA (2024), a maior parte das crianças anteriormente acolhidas por estas famílias teve a adoção ou a reintegração familiar como projeto de vida concretizado.

Através da caracterização das FA entrevistadas, é possível perceber que os seus perfis se cruzam com elementos da Resource Theory (Cox et al., Migliorini et al., 2018 citado em Anjos, 2020). De acordo com esta teoria, quanto maior os níveis de escolaridade, grau de qualificação académica, experiência parental, disponibilidade financeira e rede de apoio, maior será a probabilidade de as famílias acolherem. Observa-se que as famílias entrevistadas apresentam, na maioria, profissões qualificadas e estabilidade económica (educadoras de infância, professora, engenheiro, consultor). Além disso, apresentam experiência parental, todas as FA têm filhos biológicos à exceção da FA6. Por fim, todas as FA referiram ter uma rede de apoio. Deste modo, podemos concluir que os perfis das FA analisadas podem conformar a lógica da Resource Theory.

Relativamente às profissionais entrevistada da equipa técnica do NAF da SCML, apresenta-se o seguinte quadro (2):

Quadro 2- Caracterização das Profissionais

Profissionais Entrevistadas	Anos de Experiência no NAF da SCML
Assistente Social	5 anos
Psicóloga	2 anos
Educadora Social	5 anos

De referir que, a Assistente Social tem experiência anterior de acolhimento familiar no Reino Unido e todas as entrevistadas têm outras experiências na área de infância e juventude.

4.2. Conhecimento da Medida de Acolhimento Familiar e Motivações das Famílias de Acolhimento

As FA entrevistadas obtiveram conhecimento acerca da medida de acolhimento familiar, através de diferentes meios, nomeadamente:

- ☐ Rede Pessoal: “através de uma amiga” (FA2);
- ☐ Meio Escolar: “na escola através de outra família de acolhimento” (FA1);
- ☐ Meio Institucional: “nós conhecemos pela divulgação dos cartazes do programa LX Acolhe” (FA3);
- ☐ Experiência Internacional: “Eu já sabia disto há muito tempo, não aqui, porque eu vivi em Espanha, onde isto é um bocadinho mais desenvolvido” (FA4);
- ☐ Sessões Informativas: “fomos a uma sessão informativa sobre adoção há cerca de 7 anos (...) foi dito muito por alto o que era o acolhimento familiar e nós, quando saímos da formação, (...) faz muito mais sentido aquilo que nós pretendemos e aquilo que nós queríamos” (FA6).

Relativamente às motivações das FA entrevistadas, podem ser agrupadas em torno de três grandes categorias, em consonância com o que a literatura identifica (De Mayer et al., 2014; Sebba, 2012 citado em Anjos 2020):

Motivações centradas na criança acolhida: As técnicas entrevistadas realçam valores como o altruísmo, solidariedade e a vontade de fazer a diferença na vida de uma criança como motivações centrais nas FA. A maioria das famílias entrevistadas apresentou motivações de carácter altruísta e de ajuda ao próximo, expressando o desejo de “ajudar numa parte da vida da criança que ela precisasse mais” (FA2). Estas motivações vão ao encontro do que a literatura identifica como sendo a principal motivação das FA, tendo por base valores como o altruísmo, a vontade de proteger e ajudar (Leschied et al., 2014, citado em Diogo, 2017).

Motivações orientadas para o Self: Algumas famílias entrevistadas apresentaram motivações ligadas à realização pessoal e gratificação sentida “quando conseguimos transformar estas vidas (...) isso para nós é super gratificante” (FA6). Foram ainda identificadas motivações de natureza emocional, como forma de preencher um vazio “algo que também me preenche (...) é aqui algum vazio em termos de uma ação mais fraterna, mais caritativa” (FA5). De acordo com Oliveira (2012), o facto de acolherem pode representar uma forma de completarem o seu agregado familiar.

Motivações orientadas para a comunidade: As famílias referiram motivações ligadas à necessidade de retribuir e contribuir para a sociedade “devolver alguma das graças que temos para a comunidade e para a sociedade em geral” (FA3). Surgem ainda motivações ligadas à realidade das crianças e jovens em situação de acolhimento residencial em Portugal. As técnicas referem que as famílias ficam em choque, quando percecionam o número de crianças e jovens que se encontram institucionalizados. Uma das famílias refere “conhecia alguma realidade dos Estados Unidos, mas chocou muito foi o facto da disparidade entre aquilo que é a realidade do acolhimento familiar em Portugal e a realidade do resto da Europa e no mundo” (FA3).

4.3. Experiência das Família de Acolhimento

De acordo com Oliveira (2012), para a maioria das famílias, o acolhimento não altera de forma marcante as rotinas familiares. No entanto, os resultados deste estudo indicam que se para algumas destas famílias foi necessário apenas ser feito alguns reajustes, como reorganização dos espaços, horários, rotinas familiares e a adaptação ocorreu de forma natural, indo ao encontro dos dados do estudo de Diogo (2017). Por outro lado, para outras famílias, a chegada de uma criança representa uma mudança mais estrutural, sobretudo no caso da família sem filhos biológicos “é completamente diferente e alterou a nossa vida completamente” (FA6). As famílias expressam ainda o impacto emocional e físico que sentiram com a chegada da criança “tem todo um grande impacto na nossa dinâmica familiar, no nosso dia a dia, no nosso nível de energia” (FA3). Estes resultados corroboram com o que a literatura descreve, sendo a chegada da criança vivenciada pelas famílias como um momento de alegria e emoção (Diogo, 2017). De acordo com Nutt (2006), o acolhimento muda a vida das famílias por completo (citado em Diogo, 2017).

Através dos testemunhos recolhidos, é possível caracterizar que as relações das crianças com as FA e outros elementos da família pauta-se pela afetividade, alegria, amor e compreensão. As crianças acolhidas são tratadas como elementos efetivos da família, ocupando um estatuto e papel central na FA, equiparado ao dos filhos biológicos (Oliveira, 2012) “todo o tempo em que eles estão comigo, eu preocupo-me com tudo aquilo que eles precisam, dou o melhor que posso e que sei” (FA1). A Assistente Social refere ainda que as famílias sentem uma responsabilidade acrescida por cuidar daquelas crianças “para além de proteger um bocadinho, reparar a história que está para trás” (ES), reconhecendo assim a importância do seu papel na vida destas crianças.

De acordo com os entrevistados, o acolhimento é um projeto partilhado por toda a família, sendo vivenciado de forma intensa e ativa por todos os elementos. Estes demonstram afeto pela criança acolhida “eles estão a adorar” (FA4), “os meus filhos também adoram crianças” (FA5). No entanto, embora esta experiência seja descrita como positiva, os filhos demonstram algum receio pelo facto de ser temporário “questionam o facto de ele se ir embora” (FA4). Após o término do acolhimento, muitas vezes é mantido o vínculo afetivo, “querem saber e querem acompanhar” (FA5).

As FA reforçam a importância de possuírem uma rede de apoio que “permite aliviar um bocadinho” (FA3) a sobrecarga que possam sentir e ajudar na gestão das rotinas da criança. Para além desta rede de apoio, referem o espírito de solidariedade da sociedade que se prontifica a ajudar com o necessário. À semelhança de outros estudos, tal como evidenciado por Oliveira (2012), as redes formais e informais revelam-se como essenciais para a experiência positiva do acolhimento.

Na maioria dos casos, as crianças acolhidas continuam a manter contactos com as suas famílias de origem, tendo estas de gerir a dualidade das relações (Delgado, 2010b). Relativamente à relação entre a FA e a família de origem, esta assume-se como fundamental para o bem-estar emocional da criança. De acordo com a Educadora Social “é muito importante para a criança que as famílias se conheçam, isto porque, muitas crianças no início do acolhimento podem demonstrar um conflito de lealdade (ES)”. Delgado (2012) refere que o sentido de pertença a duas famílias pode causar dilemas identitários às crianças, que podem ser atenuados com uma relação/contacto positivo entre a família de origem e FA, diminuindo o conflito de lealdade que possa surgir.

As FA entrevistadas que mantiveram ou mantêm contacto com as famílias de origem demonstram, de forma geral, sentimentos de empatia e compaixão pelas suas histórias de vida. Assim como referiu uma das entrevistadas “temos de perceber de onde é que vem, qual foi a vida, qual é o contexto, porque senão nós vamos opinar ou julgar com aquilo que é a nossa cabeça, com a nossa história de vida” (FA1). Para as FA, existe uma consciência clara da importância da manutenção dos vínculos com a família de origem, quando benéfica para o superior interesse da criança. Uma das entrevistadas (FA2) expressou inclusive que o sonho deste projeto era a família de origem reestruturar-se e a criança voltar para a sua família. A relação entre a família de origem e a FA, quando possível, possibilita que não exista quebras e ruturas nas interações familiares, protegendo a criança de sentimentos de abandono, quer no plano físico, quer no plano simbólico (Bertão et al., 2015). As profissionais entrevistadas reiteram a relação positiva entre a maioria das famílias “temos muitas famílias que vão levar as crianças ao convívio familiar (...) temos famílias que se juntam no dia de aniversário” (ES).

Estas perceções coincidem com outros estudos, nomeadamente, o de Diogo (2017), que evidenciam que a relação entre as famílias é tendencialmente positiva, cordial e empática. As FA partilham estratégias educativas e promovem a relação da criança com a sua família de origem em momentos

significativos (festas de aniversário, datas importantes), reforçando a continuidade dos vínculos (Bertão et al., 2015).

Contudo, estes contactos podem trazer desafios e sofrimento às FA, como será abordado neste capítulo no tópico “Dificuldades e Desafios das Famílias de Acolhimento”. Apesar dos desafios, também são relatadas experiências gratificantes no contacto com as famílias de origem “no dia de aniversário da bebé aparecer a mãe, vestida com um sari, lindo de morrer, toda bem penteada, enfeitada e virem me as lágrimas aos olhos. Porque é isso mesmo, ela preparou-se para aquilo e isso é muito bonito” (FA3).

Assim, a relação entre a FA e a família de origem pode caracterizar-se como positiva e ambivalente, exigindo um acompanhamento próximo dos técnicos. A relação estabelecida entre a FA e a criança acolhida não termina de forma abrupta com a sua transição para a família biológica ou adotiva. Na lei está previsto que durante os primeiros 6 meses permaneça a relação entre a FA e a criança.

No caso das famílias entrevistadas e que já passaram por alguma transição, todas estabelecem algum tipo de contacto com as crianças, seja através de fotografias, vídeos, telefonemas ou até presencialmente “quando há festas de aniversários, nós vamos, eles vêm, portanto, eles continuam a frequentar a nossa casa e nós continuamos a ir a casa deles” (FA5). Uma das entrevistadas refere ser madrinha da criança e continuar a estar presente nos momentos significativos. Algumas FA assumem um papel de apoio e suporte “somos quase como uma família suporte da família biológica” (FA6). Desta forma, a relação após o acolhimento pode assumir diversas formas, mas na maioria dos casos permanece viva.

4.4. As transformações e os impactos sentidos na criança acolhida

Os testemunhos das famílias evidenciam que, aquando da integração das crianças na FA, muitas apresentavam atrasos ao nível do seu desenvolvimento, sinais de reduzida estimulação e privação afetiva. As famílias identificaram a falta de rotinas estáveis e a falta de previsibilidade, assim como expressa uma das entrevistadas “faltava lhe ali as regras, faltava lhe os limites, faltava lhe se calhar o amor” (FA1). As crianças manifestavam comportamentos desafiantes “agressiva, que batia” (FA1), limitações ao nível da fala “não dizia nenhuma palavra, não emitia quase sons nenhuns” (FA6), dificuldades motoras significativas “apesar de ter 19 meses, ainda não andava” (FA1) e manifestavam ainda o medo “ele tinha medo de tudo, não tinha uma decisão” (FA2). Foram ainda abordadas questões da dificuldade do desfralde e alimentação.

As crianças acolhidas em FA conseguem estabelecer relações de attachment positivas, tendo adultos de referência que lhes proporcionam amor, afeto e segurança (Cairns, 2002 citado em Delgado & Gersão, 2018), permitindo que a criança se sinta confiante para explorar o meio e interagir com outras pessoas (Delgado, 2010b). Esta relação segura e protetora contribui para o desenvolvimento saudável e integral da criança, favorecendo a construção de uma relação vinculativa (Delgado & Gersão, 2018; Negrão et al., 2019).

Neste sentido, à semelhança do que a literatura refere, como por exemplo, o estudo de Nowacki & Schoelevidenciam (2010) (citado em Negrão et al., 2019), através dos relatos das famílias entrevistadas, é possível identificar a evolução de cada uma das crianças acolhidas, nomeadamente, ao nível do seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social:

- “começou a andar e a brincar”, “está uma miúda engraçadíssima, com regras, uma miúda super fácil” (FA1);
- “O técnico foi a minha casa disse (...) que nunca tinha ouvido a voz da (...) agora não se cala” (FA2);
- “tem energia (...) muito curiosa (...) desloca-se e é super rápida” (FA3);
- “Mas a mãe dele disse que, numa semana, ele estava completamente diferente” (FA4);
- “ela ia com qualquer um, porque não estabelecia relação com ninguém. E agora se estranha é porque é bom”; “em 1 ou 2 meses, teve evolução assim que ninguém acredita” (FA5);
- “para comer foi uma questão de dias, a falar foi mais ou menos um mês”, “houve realmente uma progressão muito grande a vários níveis, alimentação, motor” (FA6).

De acordo com a Assistente Social entrevistada, os efeitos positivos do acolhimento irão estender-se às relações futuras das crianças, nomeadamente, na sua autoestima, confiança e na capacidade de estabelecer relações afetivas.

As famílias ao verem a evolução das crianças, as melhorias ao nível do seu bem-estar e desenvolvimento sentem-se realizadas e reforça o seu sentido de missão “acaba por ser isso, também nos dá muito alento e (...) que nos dá alegria de fazer o acolhimento” (FA5). Para além disso, é gratificante para as famílias quando pessoas externas validam essa mesma evolução “a menina até foi acompanhada pelo mesmo médico onde já estava e a própria médica disse, esta menina não é a mesma (...)” (FA6). A alegria da criança, o sentimento de pertença à família e a evolução da mesma, representa para a FA o reconhecimento do seu contributo diário, revelando-se compensador (Diogo, 2017).

4.5. Principais dificuldade e desafios das Famílias de Acolhimento

As experiências das FA, pese embora seja descrita de forma geral como positiva, acarreta dificuldades e desafios. Através dos resultados obtidos, podemos considerar aspetos como: compreender o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens português; Gestão Emocional, Transição e Desvinculação; Questões burocráticas; Relação e Contactos com a Família de Origem; e ainda Características da Criança.

4.5.1. Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens português

Para as FA entrevistadas, uma das maiores dificuldades apresentadas é compreender a complexidade do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens português, nomeadamente, a morosidade dos processos, a sua temporalidade e a incerteza do futuro. As técnicas acrescentam ainda, que para as FA é difícil compreenderem a indefinição dos projetos de vida.

As famílias entrevistadas evidenciam a discrepância entre o tempo judicial e o tempo da criança. A morosidade dos processos, associada à indefinição dos projetos de vida, leva as FA a questionar a efetividade do princípio do superior interesse da criança “as coisas deveriam ser mais fluídas (...) fala-se muito no interesse da criança, mas depois fica difícil de ver o interesse da criança nas decisões que vão sendo tomadas e nas prorrogações que vão sendo feitas e no tempo todo que isto demora” (FA5); “as coisas deviam ser mais céleres a pensar no tempo da criança” (FA4). Embora as FA reconheçam a necessidade de as famílias de origem terem a oportunidade de se reorganizarem, quando este tempo se prolonga em demasia, gera uma maior instabilidade e desgaste para as FA “um ano é normal, a partir daí ainda estou a aprender” (FA3).

Um dos grandes desafios que se coloca ao acolhimento familiar é o de reconhecer que nem sempre a sua finalidade é o regresso da criança à família de origem (Delgado, 2010). À semelhança do que nos diz a literatura, este estudo evidencia que nem sempre o acolhimento familiar assume um carácter de curta duração, uma vez que os processos de decisão são demorados, a adoção é um processo difícil de concretizar e ainda porque as famílias biológicas demoram a reunir as condições necessárias para receberem as crianças novamente. Esta indefinição provoca sentimentos de ansiedade e insegurança às FA (Delgado et al., 2014).

Associado a estas questões surge a incerteza e a frustração das famílias cujo as vidas ficam suspensas “chegou a junho e eu disse, então a criança vai estar cá? eu tenho de a pôr numa escola (...) E isto nós não sabemos” (FA2). Uma das técnicas refere “as famílias não se sentem totalmente livres nas decisões que podem tomar sobre a criança, coisas simples como uma viagem, é preciso autorização dos pais (...) é preciso autorização ao tribunal” (ES). A vida das famílias fica também de alguma forma condicionada “conciliar as necessidades, as rotinas desta criança, com as rotinas da família, com as rotinas da família de origem, isto é, é difícil” (ES).

4.5.2. Gestão Emocional, Transição e Desvinculação

Através da análise das entrevistas, a gestão e exigência emocional para as FA, constitui um dos maiores desafios no acolhimento familiar, sendo algo difícil de gerir ao longo de todo processo. De acordo com uma das técnicas, o acolhimento é “uma coisa avassaladora, as pessoas ficam esmagadas, é sempre muito mais do que aquilo que antecipavam” (ES). Esta perceção vai ao encontro da experiência das FA, sendo descrita como uma “montanha-russa” (FA3), refletindo o impacto emocional que torna o percurso mais complexo e desafiante de enfrentar.

À semelhança de estudos como os de Diogo (2017) e Oliveira (2012), as FA demonstram ter consciência do carácter temporário da medida de acolhimento familiar, não o questionando “é uma premissa (...) quando se propõe fazer este acolhimento têm que se pôr na cabeça, isto é um acolhimento temporário” (FA1). No entanto, demonstram preocupação com a cessação do acolhimento e o momento de separação (Oliveira, 2012). O acolhimento familiar nem sempre assume um carácter de curta duração, uma vez que os processos de decisão ou burocracias são demorados (Delgado et al., 2014). Face ao tempo prolongado do acolhimento, torna-se difícil a gestão emocional do momento da transição. As famílias referem que quanto maior a duração do acolhimento, maior será o estabelecimento de vínculos e mais difícil será a separação “quer dizer, (...) aquilo cria vínculos e realmente os acolhimentos deviam ser curtos” (FA2); “e por isso temos de nos ir relembrando, a criança está connosco enquanto ela precisar (...) depois irá para o seu projeto de vida”(FA3).

O momento de transição da criança é apontado pelas famílias e técnicas entrevistadas, como a fase mais desafiante no percurso do acolhimento familiar, assumindo-se particularmente difícil e com um grande impacto emocional “intenso, é difícil” (FA5). Esta fase implica inevitavelmente a separação com a criança, sendo um período doloroso para as FA “elas costumam dizer um bocadinho de mim, foi naquele dia” (AS). Durante a fase de transição, as FA demonstram sentimentos ambivalentes “ele só vai estar bem aqui, que é muito egoísta” (FA2), “ficam preocupadas pelo bem-estar da criança” (AS).

A relação e o vínculo estabelecido entre a criança e a FA são fortes e, inevitavelmente, têm de fazer o luto desta relação “era quase como nos tirassem uma coisa nossa, quando foi decretada a adoção” (FA2). Uma das técnicas entrevistada refere “as pessoas dizem-nos que se apaixonam muito mais do que estão à espera” (ES). As FA, além do seu próprio luto têm de gerir o luto dos restantes membros da família, avós, tios e vizinhos” (ES).

O processo de desvinculação é apontado como um dos maiores desafios “o desafio maior foi mesmo perceber a desvinculação e eu achava que isso era facilimo para mim, porque eu sou educadora” (FA2). Esta questão estende-se à restante família “acho que até quem vai ser mais difícil de gerir, os nossos pais (...) sofrem muito com essa ansiedade de um dia ela ir-se embora” (FA3).

As técnicas realçam o impacto que a transição tem para as crianças, quando o acolhimento se prolonga durante vários anos, descrevendo-o como um momento difícil. De acordo com as famílias entrevistadas, a fase da transição pode ser vivida de formas distintas consoante a idade da criança. As crianças mais velhas são vistas como tendo uma maior capacidade para compreender o que está a acontecer, enquanto as mais novas, percebem que algo está a mudar, mas não têm maturidade suficiente para elaborarem emocionalmente. Existem crianças que questionam “porque é que eu tenho de ir?” (AS).

Para algumas famílias, existe o receio de perderem o contacto total com a criança (Diogo, 2017; Oliveira, 2012). As famílias entrevistadas referem que o facto de irem mantendo contacto com as crianças e saberem que as mesmas estão bem, atenua a dor que sentem. O desejo das famílias de acolhimento quererem manter a relação com as crianças, mostra que não foi uma vinculação utilitária, mas profunda e emocional que se mantém após a cessação (Diogo, 2017).

Apesar da dor, as famílias focam-se na sua missão e na marca positiva que deixaram na vida destas crianças “nós demos-lhes bases, demos-lhe força, capacidade, a auto-estima (...) para enfrentar as dificuldades da vida e as alegrias da vida e vamos continuar isso com outras crianças que igualmente precisam e os futuros pais também” (FA5). As FA realçam assim a importância de continuarem esta missão e fazer o mesmo por outras crianças.

Outro fator que contribui para a complexidade da fase da transição, de acordo com as famílias entrevistadas, é a presença de diversos técnicos “os nossos a verem, os outros a verem, mas depois uns saem, outros não saem” (FA2). E, por outro lado, a gestão de diferentes opiniões “aqui neste espaço concentravam-se muitos adultos, muitos egos, muitas mentalidades, muitas inseguranças, muitos projetos diferentes (...) todas as pessoas ali presentes tinham que se alinhar, de modo a quem estava ali no centro que era aquela criança pudesse viver esta transição tranquilamente” (FA1).

4.5.3. Questões burocráticas

As questões burocráticas surgem como um desafio e entrave ao acolhimento familiar, podendo gerar dificuldades tanto para as FA como para os técnicos. As FA entrevistadas abordam a falta de conhecimento dos serviços acerca desta medida “ir fazer o bilhete de identidade e não saber quem são famílias de acolhimento” (FA2). As técnicas referem a demora na atribuição dos benefícios às famílias, dos quais têm direito no âmbito da medida. Para além disso, a morosidade na atribuição do número da segurança social ou do número de identificação fiscal, quando as crianças não têm nacionalidade portuguesa, ou ainda as dificuldades em integração em creche porque não há vagas “isto são desafios enormes que podem mesmo pôr em causa a continuidade de um acolhimento familiar” (ES).

À semelhança do que indica o estudo de Santos (2023), é necessária uma intervenção junto dos serviços externos, de forma a aumentar o conhecimento sobre esta medida, para que os serviços estejam mais bem preparados e adequados para responderem em tempo útil às necessidades das FA, crianças e profissionais.

4.5.4. Relação e contactos com a família de origem

As famílias, embora reconheçam a importância dos contactos entre a criança e a família de origem, sentem dificuldade em aceitar a continuidade desses convívios quando não são propriamente positivos para a criança. Quando percebem o sofrimento que a criança evidencia após os convívios familiares, as FA têm dificuldade em compreender a continuidade desses contactos “estávamos a sujeitar a criança a

algo que o estava a prejudicar (...) até sofria com isso e isso custa” (FA2). Para além disso, as FA entrevistadas referem que conciliar os horários das visitas à família de origem com a sua própria rotina nem sempre é fácil. Para as FA que realizam a entrega e saída da criança dos convívios familiares, estes momentos podem ainda trazer uma carga emocional difícil “fechei a porta atrás de mim, desabei a chorar” (FA3).

À semelhança de resultados de outros estudos (Negrão et al., 2019; Carvalho et al., 2019; Santos, 2023), esta investigação evidencia também que as visitas à família de origem, embora sejam reconhecidas como importantes e inerentes à concretização deste projeto, exigem uma capacidade de gestão emocional e logística, por vezes, stressante para as FA.

4.5.5. Características das crianças

O perfil da criança acolhida pode também constituir um desafio para as FA “há questões que são muito específicas das situações de trauma e da dificuldade que é ter uma criança com uma perturbação na vinculação” (PSI). Também a literatura identifica que as características da criança acolhida são um dos fatores que pode estar relacionado com as dificuldades sentidas pelas FA, nomeadamente, idade, problemas comportamentais, emocionais e interpessoais (Cooley et.al, 2019 citado em Santos, 2023).

No entanto, no presente estudo, as FA não referiram as características da criança como uma dificuldade ou desafio, ao contrário do que a literatura e as profissionais indicaram. Isto pode estar relacionado, com o facto de a média de idades das crianças acolhidas nas FA participantes, ser de 2 anos e 1 mês. Estas questões podem não ser ainda evidentes para as famílias, atendendo à fase de Desenvolvimento em que as crianças se encontram.

4.6. Aspetos a melhorar na medida de Acolhimento Familiar

Face as dificuldades e desafios já analisado anteriormente, as FA e profissionais apresentaram algumas propostas de melhoria para o funcionamento da medida de acolhimento familiar.

Um dos principais aspetos apontados pelas FA e técnicas são mudanças estruturais do sistema de promoção e proteção português “tentar montar o sistema de forma que trouxesse maior bem-estar às crianças” (PSI).

A Assistente Social fala sobre a importância de quem decide sobre o futuro das crianças possuir uma especialização na área da infância e juventude “todos os juizes que decidem sobre o futuro das crianças, todos os magistrados, procuradores, teriam de ter formação ao nível da vinculação e desenvolvimento da criança (...)”, comparando à sua experiência no Reino Unido, onde todos os juizes de família e menores tinham de ter uma especialização na área. Este aspeto vai ao encontro de uma das conclusões do estudo de Chaves (2018), que reforça a importância de aumentar a qualificação dos técnicos e dos serviços que são responsáveis pela execução da medida de acolhimento familiar.

Outro aspeto referido pelas famílias, sublinha a necessidade de existir maior rapidez nas decisões, fazendo referência ao número de acolhimentos que se poderia fazer, caso as decisões fossem tomadas de forma mais célebre “nós fazemos 1 acolhimento de 3/4 anos o que seja, e na verdade, nesse tempo se calhar já poderíamos ter acolhido 2 ou 3 crianças e já com um futuro definido” (FA6).

Por fim, ao nível do sistema, uma das FA refere ser importante terem uma voz ativa no processo de decisão “eu nunca fui falar a um juiz, nunca fui falar há uma gestora de processo, nós termos alguma voz sem ser por intermédio dos técnicos” (FA2). A entrevistada considera que quem conhece melhor a criança, naquele momento é a FA, e por isso deveria ser ouvida. O estudo de Chaves (2018), evidenciou esta necessidade das FA terem um papel ativo no processo, de forma a se sentirem valorizadas e incluídas como parte das decisões.

As famílias sugerem ainda melhorias ao nível da formação. Uma das famílias realçou a importância de existirem na formação outras FA, de forma presencial, a partilharem o seu testemunho “eu consigo questionar, eu sei que está a partilhar da mesma experiência que eu irei partilhar e pode dar um feedback logo na hora real” (FA4). Para além disso, foi sugerido a criação de um módulo presencial facultativo para as famílias de suporte. Estas sugestões contribuem para complementar a formação, dando-lhe uma dimensão mais prática, com partilha de conhecimento e experiências de outras FA.

As técnicas e as FA entrevistadas apresentaram ainda alguns fatores que podem contribuir para a reduzida expressão do acolhimento familiar em Portugal e que deveriam ser alvo de melhoria para aumentar o número de crianças e jovens em FA, nomeadamente:

As profissionais entrevistadas referem que existe uma *ausência de cultura de acolhimento familiar em Portugal*, traduzida num estilo parental mais controlador e por uma necessidade de posse e medo do abandono “nós somos um país culturalmente muito possessivo (...) necessidade de proteção que acaba por ser controladora (...) medo do abandono” (ES). Esta visão influencia a forma como a medida de acolhimento é percecionada, nomeadamente por ser *temporária*. As pessoas tendem a focar-se na ideia de que “por ser temporário não vale a pena” (PSI), existindo uma perceção de que quem acolhe temporariamente é “insensível” (PSI) por aceitar a separação. As FA entrevistadas relatam que ouvem comentários como “*ai eu não era capaz de criar uma criança e depois nunca mais a ver*”. Isto demonstra o receio de não conseguir lidar com o seu próprio sofrimento “as pessoas têm muito medo de sofrer, sofrer com a separação, de sofrer com os desafios que a criança possa trazer, sofrer com a empatia que podem sentir pela família de origem” (AS).

Esta ausência de uma cultura de acolhimento familiar, pode ser ainda explicada, pela *reduzida divulgação e consequentemente desconhecimento da medida* “as pessoas conhecem muito a medida da adoção, mas não conhecem ainda a medida do acolhimento familiar” (PSI). A Assistente Social realça

que deveria existir um maior investimento na consciencialização da população sobre a medida de acolhimento familiar, à semelhança do que estudos como o de Diogo (2017) evidenciam.

Outra das técnicas realça a importância de a divulgação envolver diversas áreas “nos canais dos adultos e nas sessões informativas, mas até na parte das escolas, da educação, das universidades” (PSI). A técnica evidenciou ainda, o papel importante que a escola pode ter na normalização do acolhimento familiar, sendo capaz de promover conhecimento acerca da medida entre criança, jovens e famílias.

Assim, a falta de conhecimento da população acerca da medida, como fatores culturais e emocionais, limitam a adesão da população, apesar de estudos como o de Negrão et al. (2019) demonstrarem que existe uma pré-disposição da população em acolher crianças, pese embora em muitos casos não se venha a concretizar devido a estes fatores.

Por fim, os resultados revelam que a *resistência institucional* constitui um desafio à implementação de novas respostas. Como referem as entrevistadas “às vezes até dentro da nossa instituição (...) existem pessoas que não acreditam na resposta” (AS), sendo necessário “criar esta cultura de acolhimento familiar (...) entre técnicos” (PSI). Esta resistência, de acordo com uma das entrevistadas pode estar relacionada com o receio da mudança, quando surge uma nova resposta num sistema já estabilizado. Esta constatação vai ao encontro da ideia do autor Delgado (2019) (citado em Gonçalves, 2020), que as casas de acolhimento, presentes por todo o território, pode ser um obstáculo à mudança dado quererem preservar a sua continuidade. Uma das famílias refere ainda que cada vez mais se deveria “alargar a outras instituições que existem” a medida de acolhimento familiar (FA5).

4.7. Perspetivas dos Profissionais e Famílias de Acolhimento sobre a recente alteração legislativa (Lei nº37/2025, de 31 de março)

A adoção por parte das FA, carecia de enquadramento legal, para que em casos muito específicos e devidamente fundamentados, a criança pudesse permanecer na FA e por esta ser adotada (Delgado & Gersão, 2018). Este aspeto era apontado em diversos estudos como algo que deveria ser repensado. Com a recente alteração à Lei (Lei nº37/2025, de 31 de março), esta possibilidade passa a ser possível. Neste sentido, procurámos perceber as primeiras reações e perceções das FA e profissionais sobre esta alteração à lei.

Do ponto de vista das profissionais, as técnicas entrevistadas realçam que a decisão deve fundamentar-se no superior interesse da criança. Tal como refere Chaves (2018) quando o projeto de vida da criança é a adoção, o relacionamento com a família de origem foi cessado e existe uma relação prolongada e positiva de vinculação com a FA, a adoção é considerada uma mais-valia significativa na vida da criança. A Assistente Social entrevistada acrescenta que, sempre que a criança apresentar uma vinculação segura e estejam reunidas as condições necessárias para o seu bem-estar “eu vou sempre propor” a adoção pela FA, desde que esta manifeste concordância.

As entrevistadas reforçam a importância de haver uma diferenciação clara dos conceitos de adoção e de acolhimento familiar. Um dos desafios associados a esta nova alteração, de acordo com as profissionais, será a avaliação das motivações das FA que possam manifestar interesse em adotar, pois continuam a ser projetos diferentes “porque as famílias que querem ter um filho, são candidatos à adoção, não são candidatos a família de acolhimento (PSI)”.

Do ponto de vista das FA entrevistadas, observam-se sentimentos ambivalentes em relação a esta alteração à lei. Por um lado, as famílias consideram importante que, sobretudo quando a criança permanece há vários anos na mesma FA, a adoção por essa mesma família possa ser a solução mais adequada ao superior interesse da criança. Acrescentam que com esta alteração, será possível reduzir as transições e ruturas de vínculo para as crianças.

Por outro lado, as famílias demonstram alguns receios associados a esta nova alteração. Algumas famílias manifestam preocupação com a possibilidade da redução do número de FA disponíveis “adotámos, vamos deixar de ser família de acolhimento” (FA3). Outras expressam a sua preocupação relativamente as motivações e propósito do acolhimento “para mim, perde um bocado o propósito de famílias de acolhimento com adoção à mistura” (FA4), “quais são os meus medos que as famílias vão acolher com vista a adotar” (FA1). Para além disso, a FA3 fala ainda sobre o peso e desconforto de ter de decidir, no caso de ser considerado para o superior interesse da criança a adoção pela FA.

Verificou-se ainda que, de todas as famílias entrevistadas, apenas a FA2 estaria disponível a adotar, enquanto para as restantes o seu propósito de vida é ser FA e continuar a receber e ajudar mais crianças, desempenhando o seu papel de FA.

4.8. Intervenção e Papel da Equipa técnica do Acolhimento Familiar

O NAF da SCML baseia e estrutura a sua intervenção no Modelo de Intervenção Integrado do Acolhimento Familiar (MIAF). Em Portugal não existe ainda modelos que orientem a prática do acolhimento familiar. Neste sentido, esta a ser desenvolvido este projeto com o principal propósito de desenvolver, implementar e avaliar um MIAF. Este modelo tem uma abordagem colaborativa que integra o conhecimento científico, a evidência empírica e a experiência profissional (ProChild Colab, s.d.).

Este modelo tem várias etapas que orientam a prática dos profissionais. Através das profissionais entrevistadas, podemos descrever, em seguida, cada uma das etapas de forma breve:

- *Divulgação*: A primeira etapa deste modelo é a divulgação do acolhimento familiar, através de sessões informativas realizadas em vários espaços e plataformas. Estas têm como objetivo aumentar o conhecimento sobre o acolhimento familiar, promover a sua cultura e captar potenciais candidatos. Segue-se a segunda fase.

- *Apresentação da Candidatura*: Para a apresentação de candidatura, as pessoas têm de possuir o certificado em como participaram numa sessão informativa e a documentação necessária, de modo a formalizarem a sua candidatura.

- *Formação Inicial*: Posteriormente, os candidatos frequentam uma formação inicial (presencial e online), na qual, são abordados vários temas importantes sobre o acolhimento familiar. São abordados temas como: legislação, necessidades específicas destas crianças, características e requisitos das famílias de acolhimento, o papel da família de origem, a temporalidade da medida, entre outros. Após a formação, os candidatos deverão decidir se querem avançar para a fase seguinte.

- *Entrevista inicial*: Segue-se uma entrevista inicial. Esta pretende compreender a motivação dos candidatados, as perceções que têm sobre o acolhimento familiar e as competências necessárias para avançar para a fase seguinte: estudo da candidatura.

- *Home Studing*: O estudo da candidatura, decorre na casa da família ou do candidato. Este estudo integra uma entrevista onde se aborda os acontecimentos significativos da história de vida dos candidatos. *A avaliação psicológica*, realizada pelo psicólogo da equipa técnica, pretende perceber os recursos pessoais do candidato (personalidade, competências, gestão de stress, bem-estar), perceções sobre a dinâmica familiar, da conjugalidade (mínimo de 2 anos de relação), parentalidade (estilo educativo parental), crenças sobre a punição física e tipo de vinculação. Simultaneamente, são avaliadas as questões formais, condições habitacionais, económicas e rede de suporte destas famílias. As famílias devem indicar uma família de apoio, caso exista necessidade. Esta fase culmina na elaboração de um perfil psicossocial da família ou candidato.

- *Perfil de Matching*: procura identificar a criança ou jovem que se adequa melhor ao perfil daquela família e vice-versa. As famílias indicam alguns critérios sobre a criança ou jovem que estariam dispostos a acolher, e alinha-se a disponibilidade, características e competências das famílias com as necessidades da criança.

No final deste processo, é realizado de *um relatório psicossocial* que sustenta a decisão final de aprovação ou não dos candidatos. A duração do estudo deverá demorar até 120 dias. Se o parecer for positivo, a família encontra-se apta a acolher. As sinalizações das crianças, vão sendo analisadas e encaminhadas para as sub equipas. Estas verificam se têm alguma família disponível para acolher uma criança com determinado perfil. Mesmo em situações de urgência, a decisão deve ser ponderada pelas famílias. Deste modo, o MIAF percorre várias etapas e inclui ferramentas e instrumentos específicos para ajudar os profissionais. O All4Children avalia a implementação deste projeto e a devida utilidade e adequação (Batista, s.d.).

As equipas técnicas articulam com as escolas, serviços de saúde, entidades ou serviços que acompanhem a criança, no sentido de ir percebendo o seu bem-estar e, caso surja alguma questão mais

específica, conseguirem apoiar as famílias. É importante ir dando estratégias às famílias “para lidarem com os desafios que a criança que estão a acolher vai trazer” (PSI).

Apesar do apoio às famílias, o foco central é sempre a criança “o nosso olhar tem que ser aquela criança (...) o bem-estar daquela criança” (PSI). As técnicas referiram que ouvir e dar voz à criança para que expresse livremente os seus sentimentos e opiniões é fundamental.

A análise dos testemunhos evidencia que o papel da equipa técnica é visto como essencial e central na experiência positiva das FA. Através dos vários testemunhos, é perceptível a relação de proximidade e confiança estabelecida entre os profissionais e as famílias “são pessoas com quem eu tenho criado até uma relação de amizade” (FA1), “há uma relação de confiança” (FA5). Conforme referem os autores, o profissional deve estabelecer com a FA uma relação de parceria e proximidade (Diogo, 2017).

Na fase inicial do acolhimento, as técnicas assumem uma postura de grande proximidade com as famílias, de modo a conseguirem apoiá-las naquilo que for necessário, sem interferir na sua rotina, dando-lhes autonomia “nós vamos sempre a casa (...) logo no dia seguinte (...)” (ES). Embora algumas famílias, sintam a fase inicial como intrusiva “é muito teste, é intrusão na nossa vida pessoal” (FA5), posteriormente, reconhecem a importância desta avaliação e acompanhamento, através da relação segura que estabelecem com os profissionais “a relação que nós temos com a equipa (...) e a segurança que existe de ambas as partes não é medível” (FA5).

Esta experiência relatada pelas FA vai ao encontro do que a literatura aponta como fundamental. O acompanhamento dos técnicos deve ser intenso e intencional numa fase inicial (Manual de Processos-Chave do Acolhimento Familiar, 2011), uma vez que tal é determinante para o desenvolvimento de uma experiência mais ou menos positiva do acolhimento (Amorós e Palacios, 2004 citado em Diogo, 2017).

A disponibilidade dos profissionais ao longo do acolhimento é um dos aspetos mais valorizado pelas FA “elas estão sempre presentes, sempre disponíveis” (FA4). Através dos vários testemunhos, esta disponibilidade traduz-se em visitas regulares, contactos telefónicos e troca de mensagens (fotografias, vídeos). As famílias realçam ainda a escuta e a transparência da equipa “têm imensa capacidade de ouvir (...) perceberam sempre as minhas angústias” (FA2), “não há uma decisão empurrada ou forçada (...) é sempre uma postura de grande liberdade de ação” (FA5).

Os contributos dados pela equipa técnica são vistos como essenciais, “elas têm sempre muita pertinência nas observações que fazem, às vezes até nas sugestões e tudo mais e eu sou grata com essas coisas, gosto sempre de ouvir os inputs de fora” (FA1), “ajudam-nos a descomplicar” (FA1). Em todos os contactos, a equipa mantém uma atenção ao bem-estar da família e da criança, identificando sinais de forma a “poderem dar a melhor resposta à criança” (ES). Esta abordagem da equipa, conecta-se com a literatura, que sublinha a importância de capacitar, desenvolver e apoiar as FA a fornecer os melhores

cuidados à criança, dando-lhe estratégias adequadas que proporcionem o bem-estar da mesma (Brown et al., 2014 citado em Diogo, 2017).

Por fim, importa referir que as técnicas entrevistadas, à semelhança das famílias, consideram essencial a equipa ser constituída por dois elementos de diferentes áreas (área social e psicologia), pois permite “ter visões complementares” (PSI), “com (...) diferentes perspetivas” (AS). Esta reflexão torna-se fundamental ao nível da tomada de decisão.

4.8.1. Dificuldades e Desafios enfrentados pela Equipa Técnica do NAF

O trabalho desenvolvido pela equipa técnica do NAF pode acarretar dificuldade e desafios, tendo estes sido descritos pelas profissionais entrevistadas.

Em primeiro lugar, um dos principais desafios referidos prende-se com a dificuldade em compreender o sistema de proteção de crianças e jovens português, no que toca à morosidade dos processos e a indefinição dos projetos de vida das crianças “é uma grande frustração vermos que há crianças em que não se perspetiva que aqueles pais em tempo útil possam vir a ser resposta para a criança, mas o acolhimento familiar vai se prolongando” (ES). O tempo judicial é um dos principais aspetos mencionados “nós temos crianças há 4 anos em acolhimento, como é que isto chega a este ponto?” (AS). O tempo da criança, em contraste com o tempo judicial, para além de gerar ansiedade nas FA, como foi referido anteriormente, gera também ansiedade nos próprios técnicos. Estes têm de passar serenidade às FA, tarefa que nem sempre é fácil, sobretudo quando não concordam com as decisões tomadas. Outro desafio associado, consiste em amparar o sofrimento das famílias “dar serenidade e sentido a este sofrimento e ajudar as pessoas a sentir que continua a fazer sentido” (ES).

Uma das técnicas (ES) referiu que uma situação particularmente difícil, é quando o acolhimento não corre bem e existe a necessidade de a criança sair daquela FA. A profissional demonstrou-se emocionada quando abordou esta questão, sublinhando que, apesar de não ser representativo, considerou importante referi-la. Trata-se de uma situação complexa e emocionalmente exigente, na qual, é necessário “conseguir conciliar todas as pessoas que estão envolvidas e apaziguar todas as pessoas, incluindo a nós” (ES).

Outro aspeto apontado pelas profissionais como particularmente desafiante, refere-se à articulação técnica entre equipas “porque há a equipa que trabalha a família de origem, a equipa que trabalha com a família de acolhimento, há o gestor de processo e às vezes não estamos de acordo sobre o que é melhor para aquela criança” (ES). Apesar de todos terem presentes que o foco tem de ser a criança e o seu superior interesse, conciliar e alcançar um equilíbrio em todos os diferentes olhares, nem sempre é fácil.

Por fim, as profissionais identificam a falta de recursos e estruturas para dar resposta às necessidades das crianças e das FA, como uma dificuldade na sua intervenção.

4.9. O que é ser família de acolhimento

Para terminar esta investigação acerca da experiência das FA, questionámos as famílias sobre o que é ser FA, na sua perspetiva. As famílias entrevistadas expressaram a sua emoção perante esta questão, sendo notório o amor e o vínculo afetivo que têm pelas crianças que acolhem. As respostas dadas pelas famílias podem ser agrupadas em várias categorias (Quadro 3), nomeadamente:

Quadro 3- O que é ser Família de Acolhimento

Categorias	Ser Família de Acolhimento é
Propósito e Missão de vida	“É o meu propósito de vida” (FA1); “ser família de acolhimento é uma missão. É uma missão que nos enche o coração” (FA5); “é ser lar para uma criança na altura certa” (FA5).
Relação afetiva	“É alegria e amor” (FA1); “é um amor solidário, é um novo tipo de amor.” (FA4); “é ser amor, é ser casa para as crianças que precisam durante o tempo que precisarem” (FA6);
Recompensa Emocional	“É um egoísmo, porque nós ganhamos imenso” (FA2); “poder dar tudo receber ainda mais, porque aquilo que se recebe enquanto família de acolhimento é muito mais que aquilo que se dá” (FA6); “porque eles acrescentam muito ao nosso dia a dia, por mais que sejam os desafios, por mais que sejam as dificuldades, o contributo que eles dão e aquilo que eles nos dão, compensa em milhões” (FA6); “o nosso desprendimento, desprendimento face a um amor gratuito, se é amor gratuito, então há desprendimento, portanto eu vou dar tudo e depois pode ir embora, não é? O retorno é durante e é o pensar naquilo que podemos deixar depois, na marca que deixámos” (FA3);
Desafio	“É uma aventura, nós não sabemos a criança que vamos receber, o que é que traz, o que é que não traz, como é que vai ser, como é que não vai ser, como é que vai interagir connosco, se vai gostar, se não vai gostar” (FA4)

Estes relatos evidenciam que o acolhimento familiar vai muito além de um acolhimento de uma criança ou jovem e dos seus cuidados. As FA assumem um compromisso com entrega, amor e empatia, dedicando-se a estas crianças de forma inteira.

Com base no estudo de Diogo (2017) podemos enquadrar as FA entrevistadas em dois grupos distintos: “incondicionais” e “hesitantes”. As “incondicionais” que pretendem continuar a ser FA e encaram o mesmo como o seu propósito de vida (FA1, FA2, FA5 e FA6). E FA “hesitantes” (FA3 e FA 4) que se encontram numa primeira experiência de acolhimento e ainda sentem sentimento ambivalentes que, por vezes, as fazem oscilar “eu já disse, não quero mais, e já disse, claro que sim, vamos embora” (FA3). Neste estudo, não foi identificada nenhuma família “jubiladas”.

CONCLUSÃO

A presente investigação analisou as motivações, experiências, desafios e contributos das FA em Portugal, tendo como foco FA que acolhem crianças até aos seis anos de idade. Através deste estudo, constatou-se que a medida de colocação de acolhimento familiar assume um papel fundamental no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens portugueses, proporcionando uma resposta personalizada e adequada às necessidades da criança, resposta esta que não é possível ser dada no acolhimento residencial. Este estudo permite reafirmar que o acolhimento familiar é a medida de colocação mais adequada, possibilitando que as crianças e jovens cresçam num ambiente familiar seguro, estável e afetivo, assumindo este um papel reparador.

Podemos concluir através desta investigação e à semelhança de outros estudos (Diogo, 2017), que as motivações das FA se focam em valores profundamente altruístas, solidários e do desejo de contribuir para o bem-estar da criança, embora coexistam também motivações ligadas à realização pessoal e à necessidade de contribuir para a sociedade. Os resultados desta dissertação evidenciam os efeitos positivos do acolhimento familiar nas crianças integradas em FA. Através dos testemunhos recolhidos, foi possível identificar a evolução de cada uma das crianças ao nível do seu bem-estar físico, psicológico e emocional.

Relativamente à experiência das FA, embora o estudo demonstre que são experiências positivas e gratificantes, acarretam dificuldades e desafios que importam ser ponto de reflexão. A morosidade dos processos, a indefinição dos projetos de vida das crianças e a complexidade do sistema judicial, foram apontados como aspetos que causam frustração e preocupação às famílias. A discrepância entre o tempo da criança e o tempo judicial surge como um dos aspetos que fragiliza os acolhedores. A gestão emocional associada à temporalidade da medida e processo de desvinculação é para as FA um momento particularmente difícil, no qual, é exigido uma capacidade de resiliência acrescida. Importa ainda referir, os sentimentos de ambivalência da relação estabelecida entre a FA e a família de origem. Se, por um lado, as FA reconhecem a importância da manutenção deste vínculo, por outro, quando os contactos causam sofrimento à criança, geram sentimentos de frustração e ansiedade às FA. Esta dualidade reforça a importância de existir um acompanhamento de proximidade das equipas, assumindo um papel de mediador nestas relações.

Esta investigação reafirma o papel crucial dos técnicos no acompanhamento às FA. A proximidade, disponibilidade e apoio contínuo são aspetos fundamentais e valorizados pelas famílias e que contribuem para o sucesso do acolhimento. O trabalho desenvolvido pelos profissionais revela-se exigente do ponto de vista técnico e emocional. As equipas enfrentam desafios, nomeadamente, lidar com a complexidade do sistema judicial, dificuldade de articulação e escassez de recursos. O NAF da SCML, baseia a sua intervenção num modelo que está a ser desenvolvido, o MIAF. Como pistas para investigações futuras,

poderá ser importante explorar este modelo, assim como modelos que possam surgir no âmbito do acolhimento familiar.

A recente alteração legislativa (Lei nº37/2025) traz novas possibilidades para a medida de acolhimento familiar. Esta alteração possibilita que, em casos específicos e devidamente fundamentados, a criança possa permanecer junto da FA e por esta ser adotada. As perceções dos profissionais deste estudo enfatizam a importância de a decisão ser tomada tendo em conta o superior interesse da criança, reforçando a diferença entre acolhimento familiar e adoção. As FA demonstram sentimentos ambivalentes, valorizando a continuidade do vínculo, mas preocupadas com o impacto da continuidade do acolhimento familiar e as suas motivações. Em investigações futuras é importante explorar os efeitos desta alteração, assim como estudar os impactos reais na prática do acolhimento familiar, nomeadamente, nas FA e crianças acolhidas.

Assim, respondemos ao objetivo geral desta dissertação “Sistematizar estratégias de melhoria na aplicação da medida de acolhimento familiar, com base nas perceções das famílias de acolhimento”, destacando-se um conjunto de propostas, nomeadamente: Dar voz ativa às FA no processo de promoção e proteção das crianças que acolhem, reconhecendo o seu papel na vida da criança; contemplar nas formações dadas às FA, testemunhos de outras FA, em formato presencial. E proporcionar momento de formação presencial para as famílias de suporte; promover uma cultura de acolhimento familiar, dando a conhecer esta medida em diferentes meios, de forma a aumentar o conhecimento e reconhecimento da importância da mesma, sensibilizando e mobilizando a sociedade para a realidade das crianças institucionalizadas; Garantir uma maior especialização no sistema judicial e nos serviços na área da infância e juventude, de forma que as decisões tomadas sejam ajustadas às necessidades da criança e vão ao encontro do seu superior interesse. Por fim, seria importante simplificar os processos burocráticos e garantir maior celeridade nas decisões judiciais.

Importa ainda referir que, do ponto de vista do Serviço Social, esta investigação contribui para pensarmos em estratégias de intervenção e políticas que promovam a medida de acolhimento familiar, garantindo que a base e a orientação das mesmas é o superior interesse da criança. Esta investigação evidencia ainda, o papel do Assistente Social no acompanhamento às FA e crianças, destacando-se o apoio técnico e emocional.

Em conclusão, importa criar um sistema de promoção e proteção mais humanizado e centrado no bem-estar da criança. Em termos sociais e políticos, é importante que se desenvolvam estratégias que promovam a criação de uma “cultura de acolhimento familiar” e no alargamento da rede de famílias disponíveis. Esta dissertação reforça a importância de se continuar a investir e aumentar o conhecimento académico e científico sobre o acolhimento familiar.

Fontes

Despacho n.º 7095/2011 do Diário da República, 2.ª série, nº90. Código de Conduta Ética na Investigação. Instituto Universitário de Lisboa.

https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2022/01/24/1643044824553_Codigo_de_Conduta_Etica_na_Investigacao_o_ISCTE.pdf

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999, pp. 6115-6132.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Diário da República n.º 175/2015, Série I de 2015, pp. 7198-7232.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/142-2015-70215246>

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro. Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019, pp. 11-29. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2019-124716448>

Lei n.º 37/2025, de 31 de março. Diário da República n.º 63/2025, Série I de 2025.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/37-2025-913048481>

Referências Bibliográficas

- Anjos, C. F. (2020). *Ser Família de Acolhimento: Representações, Facilitadores e Barreiras Percebidos* [Dissertação de mestrado, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/21057>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2010). *Guidelines for the alternative care of children* (A/RES/64/142). United Nations. <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/5416.pdf>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (2014). *Report of the Committee on the Rights of the Child* (A/69/41). United Nations. <https://docs.un.org/en/a/69/41>
- Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2018/12/Código-Deontológico-dos-Assistentes-Sociais-Cópia-1.pdf>
- Batista, J. (s.d.). *Acolhimento Familiar, a intervenção do Estado no acolhimento de crianças*. <https://www.iscte-iul.pt/magazine/artigo/90>
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, 11(3), 23–38.
- Bertão, A., Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. S. (2015). O contacto do Acolhimento Familiar de crianças e jovens. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 193–209. <https://doi.org/10.34628/6cfp-4g30>
- Carvalho, J. M. S., Delgado, P., Pinto, V. S. (2019). O contacto no acolhimento familiar. Discursos, representações e desafios para o desenvolvimento da relação entre famílias e profissionais. *Configurações, Revista Ciências Sociais*, 23, 31-52. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7317>
- Chaves, S. P. (2018). *Constrangimentos e Potencialidade Associados à Medida de Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens* [Dissertação de Mestrado, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/17110>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2025). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2024. CNPDPCJ. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/inicio>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Edição, Vol. 1). Almeida.
- Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home child care: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22(3), 251–257. <https://doi.org/10.5093/in2013a28>
- Delgado, J. P. F. (2020). O Acolhimento Familiar de Crianças em Portugal – Evidências e Desafios. *POLÊMICA*, 20(1), 023–042. <https://doi.org/10.12957/polemica.2020.55975>
- Delgado, P. (2010a). O Acolhimento Familiar em Portugal: Conceitos, Práticas e Desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336–344. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>

- Delgado, P. (2010b). A experiência da Vinculação e o Acolhimento Familiar: reflexões, mitos e desafios. *Temas em Psicologia*, 18 (2), 457-467. ISSN 1413-389X
- Delgado, P. (2012). Acolher em família: Uma resposta para as crianças em perigo. Um projeto de investigação sobre o Acolhimento Familiar no Porto. *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, 91–103. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2012.1950>
- Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. S. (2014). CRECER EN FAMILIA: LA PERMANENCIA EN ACOGIMIENTO FAMILIAR. *Pedagogia Social Revista Interuniversitaria*, 23, 123–150. https://doi.org/10.7179/PSRI_2014.23.06
- Delgado, P., & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas? *Análise Social*, 53 (226), 112-134. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018226.05>
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. F. (2015). Acolhimento Familiar em Portugal e Espanha: Uma Investigação Comparada sobre a Satisfação dos Acolhedores. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(4), 840–849. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>
- Diogo, E. S. (2017). *Ser Família de Acolhimento de Crianças em Portugal: Motivações e Experiências*. [Tese de Doutoramento, UCP- Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/30552>
- Diogo, E., & Branco, F. (2020). The Foster Family Process to Maintain the Will to Remain in Foster Care- Implications for a Sustainable Programme. *Sustainability*, 12 (19). <https://doi.org/10.3390/su12197942>
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (Monitor, Vol. 1).
- Gonçalves, K. R. A. da S. (2020). *Acolhimento Familiar- uma análise à implementação do Acolhimento Familiar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)* [Dissertação de Mestrado, Iscte- Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/22339>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2024). CASA 2024: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Departamento de Desenvolvimento Social/Unidade de Infância e Juventude. https://www.garantiainfancia.gov.pt/areas-de-intervencao-detalhes/-/asset_publisher/gKlumXZjOeKo/document/id/67922
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2011). Manual de Processo-Chave- Acolhimento Familiar. <https://oldwww.animar-dl.pt/recursos/acolhimento-familiar-manual-de-processo-chave/>
- Junior, E. B. L., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F., (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36–51.
- Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81–92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>

- Oliveira, S. R. G. de. (2012). *O direito a uma família – significados, discursos e práticas do acolhimento familiar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Educação]. Repositório UMinho. <https://hdl.handle.net/1822/24498>
- ProChild CoLAB (s.d.). Modelo Integrado de Acolhimento Familiar. <https://prochildcolab.pt/modelo-integrado-de-acolhimento-familiar/>
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência Araxá*, 4, 129–148.
- Santos, C. M. N. (2023). *Famílias de acolhimento em Portugal: Um estudo sobre satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher* [Dissertação de Mestrado, UCP- Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/43250>
- SCML. (2025). *Infância e Juventude*. <https://scml.pt/acao-social/infancia-e-juventude/>
- Silva, L. F. da, & Russo, R. de F. S. M. (2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *Revista de Gestão e Projetos*, 10(1), 1–6. <https://doi.org/10.5585/gep.v10i1.13285>
- UNICEF Regional Office for Europe and Central Asia. (2024). TransMonEE analytical series: Pathways to better protection- Taking stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia. UNICEF. <https://www.unicef.org/eca/media/33251/file/Pathways%20to%20better%20protection.pdf>

Anexos

Anexo A- Consentimento Informado

Consentimento Informado

O meu nome é Mariana Chumbo, aluna do 2º ano do Mestrado em Serviço Social no Iscte- Instituto Universitário de Lisboa, e encontro-me a realizar uma investigação sobre o tema “Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social”, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira.

A presente investigação tem como objetivo geral sistematizar estratégias de melhoria na aplicação da medida de acolhimento familiar, com base nas perceções das famílias de acolhimento. Para além disso, pretende-se contribuir para dar uma maior visibilidade ao Acolhimento Familiar, pela voz daqueles que acolhem estas crianças.

A participação no estudo consiste numa entrevista semi-estruturada, onde serão exploradas motivações, perceções das famílias de acolhimento e profissionais acerca da Medida de Acolhimento Familiar. A entrevista será realizada presencialmente ou via online e será gravada em áudio para posterior transcrição e análise, assegurando-se a confidencialidade e o anonimato do conteúdo e informações recolhidas. Os resultados do estudo serão apenas utilizados no âmbito académico e científico.

A participação no estudo é voluntária, tendo a liberdade de escolher livremente, existindo a possibilidade de recusar ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Qualquer dúvida , poderão contactar-me através do email: mncos1@iscte-iul.pt

Desde já agradeço a disponibilidade,

Eu, _____, declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a sobre os objetivos da investigação acima referida e aceito participar voluntariamente na mesma, autorizando a gravação da entrevista.

Data: _____

O/A participante

Anexo B- Guião de Entrevista dos Profissionais

Guião de Entrevista para os Profissionais

Eu, Mariana Chumbo, aluna de Mestrado em Serviço Social no Iscte, encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social”, sob orientação e coorientação do Professor Doutor Jorge Ferreira do Iscte.

A presente entrevista surge como instrumento de recolha de dados, no sentido de responder aos seguintes objetivos:

- ☐ Identificar as motivações, experiências e perceções das famílias de acolhimento sobre a medida de acolhimento familiar;
- ☐ Analisar os impactos nas crianças acolhidas da medida de acolhimento familiar;
- ☐ Categorizar as dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias de acolhimento;
- ☐ Tipificar as abordagens da equipa técnica na intervenção com o acolhimento familiar ao nível da criança e da família;

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na resposta à entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

1. Como é efetuado o processo de seleção , preparação e acompanhamento das famílias de acolhimento?
2. Que metodologias são utilizadas para apoiar as famílias de acolhimento e as crianças durante todo o processo?
3. Quais as principais dificuldades e desafios que as famílias de acolhimento vão manifestando? Na sua opinião, o estabelecimento de uma relação com a família de origem compreende desafios para as famílias de acolhimento? Acredita que este aspeto poderá representar um obstáculo à candidatura de famílias?
4. De que forma a equipa avalia o impacto do acolhimento na criança e na sua adaptação ao novo ambiente?
5. Quais os aspetos que, na sua opinião, devem ser alvo de melhoria e investimento na medida de Acolhimento Familiar?

Anexo C- Guião de Entrevista das Famílias de Acolhimento

Guião de Entrevista para as Famílias de Acolhimento

Eu, Mariana Chumbo, aluna de Mestrado em Serviço Social no Iscte, encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “Famílias de Acolhimento: uma análise do Serviço Social”, sob orientação e coorientação do Professor Doutor Jorge Ferreira do Iscte.

A presente entrevista surge como instrumento de recolha de dados, no sentido de responder aos seguintes objetivos:

- ☐ Identificar as motivações, experiências e perceções das famílias de acolhimento sobre a medida de acolhimento familiar;
- ☐ Analisar os impactos nas crianças acolhidas da medida de acolhimento familiar;
- ☐ Categorizar as dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias de acolhimento;
- ☐ Tipificar as abordagens da equipa técnica na intervenção com o acolhimento familiar ao nível da criança e da família;

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na resposta à entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

Dimensão 1: Motivações, experiências e perceções sobre o acolhimento familiar

1. Como tiveram conhecimento da medida de Acolhimento Familiar e qual a vossa motivação para se tornarem família de acolhimento?
2. Como descrevem a vossa experiência de acolhimento e de que forma esta teve impacto na vossa dinâmica familiar?
3. Existe relação com a família biológica da criança? Se sim, que tipo de relação estabelecem?
4. Como pensam reagir com uma possível transição da criança para a família biológica ou para a concretização de outro projeto de vida? Consideram continuar a ser família de acolhimento no futuro?

Dimensão 2: Impactos na criança acolhida

5. Na vossa perceção, quais foram os maiores impactos/mudanças visíveis na criança que acolheram?